



Relatório e Contas

2010

Índice

Parte I – Relatório de actividades

Introdução.....	3
Estrutura orgânica.....	5
Projectos e acções desenvolvidas.....	7
- Direcção Técnica, Comercial e Marketing.....	7
- Direcção dos Assuntos Legais e Relações Exteriores.....	15
- Gabinete de Segurança e Qualidade.....	18
Recursos humanos.....	21
Análise da exploração dos Jogos Sociais.....	25
Indicadores.....	37

Parte II – Demonstrações financeiras

Balanço.....	45
Demonstração dos resultados por naturezas.....	46
Demonstração da alteração dos capitais próprios.....	47
Demonstração dos fluxos de caixa.....	48
Anexo às demonstrações financeiras.....	49
1. Introdução.....	49
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	50
3. Principais políticas contabilísticas.....	56
4. Fluxos de caixa.....	74
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	75
6. Activos fixos tangíveis.....	75
7. Activos intangíveis.....	77
8. Participações financeiras - outros métodos.....	78
9. Outros activos financeiros.....	78
10. Inventários.....	80
11. Mediadores.....	81
12. Estado e outros entes públicos.....	83
13. Outras contas a receber.....	83
14. Diferimentos.....	85

15. Fundo social.....	86
16. Resultados transitados.....	86
17. Outras variações no capital próprio.....	88
18. Provisões.....	89
19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros.....	90
20. Fornecedores.....	93
21. Prémios a pagar.....	93
22. Outras contas a pagar.....	94
23. Diferimentos.....	96
24. Rédito.....	97
25. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	98
26. Fornecimentos e serviços externos.....	99
27. Gastos com o pessoal.....	100
28. Outros rendimentos e ganhos.....	100
29. Outros gastos e perdas.....	101
30. Juros e gastos e rendimentos similares.....	101
31. Compromissos.....	102
32. Matérias ambientais.....	102
33. Partes relacionadas.....	102



.....

PARTE I

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

.....

Introdução

O presente documento tem por objectivo apresentar o Relatório e Contas de 2010, dando assim cumprimento ao determinado no Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de Dezembro, que aprovou os novos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Após a reestruturação orgânica do Departamento de Jogos em 2009, decorrente da aplicação dos novos estatutos, em 2010 desenvolveram-se um conjunto de acções e projectos, que tiveram como referência base a maximização dos resultados de exploração, potenciando a capacidade de realização de receitas, através da dinamização das políticas comerciais e de marketing e do investimento em projectos tecnológicos inovadores de suporte à exploração dos Jogos Sociais.

Neste sentido, foi implementado o Projecto de Desmaterialização da Lotaria Nacional (Clássica e Popular), uma ambição desde o início do Sistema *On-line* em 2001, o que levou este jogo a toda a nossa rede comercial e a todo o país.

Em 2010 foi decidido pelos 9 países que integram o Euromilhões alterar o modelo de exploração deste jogo. Maio, é o mês apontado para início destas mudanças e as expectativas para o crescimento das receitas em 2011, são muito positivas.

Será um ano que ficará também marcado pela decisão de se alterar o actual modelo de exploração do Totoloto, com o objectivo de dinamizar este produto com mais de 25 anos e fidelizar os apostadores neste jogo nacional, garantido um crescimento mais sustentado. Tendo em vista uma estratégia de antecipação à introdução de alterações no Euromilhões, está previsto que o projecto entre em produção em Março de 2011.

Com o objectivo de ter suporte tecnológico adequado e dimensionado para todas estas alterações que se registarão nos diversos produtos e também dar continuidade em 2011 à política de expansão da rede comercial, foi decidido efectuar uma renovação dos equipamentos do Sistema *On-line* dada a sua obsolescência (datam de 2001) o que é um passo muito importante para a modernização da exploração dos Jogos Sociais.

Com o propósito de manter a organização e a exploração dos Jogos Sociais e de acordo com as melhores regras e práticas mundialmente reconhecidas no âmbito da segurança, foi assegurada a renovação da certificação do Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI). Tal certificação teve como referência as Normas Internacionais ISO/IEC 27001: 2005 e WLA – SCS: 2006 e foi, uma vez mais, atribuída por entidade idónea e independente e reconhecida internacionalmente, a British Standard Institution (BSI). O âmbito do SGSI foi alargado de forma a abranger todos os processos, pessoas e instalações relativos à organização e exploração dos Jogos Sociais, passando a integrar, no que aplicável, a Secretaria-Geral, a Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DIGIE) e o Departamento de Qualidade e Inovação (DQI).

Uma vez que o SGSI abrange também as actividades asseguradas por entidades externas, foi pela primeira vez organizada e executada uma acção de sensibilização em Segurança para toda a rede de Mediadores dos Jogos Santa Casa, tendo em vista a sua consciencialização para o papel que devem desempenhar na criação de um ambiente de segurança nos estabelecimentos de venda dos Jogos Sociais.

Com a obtenção da Certificação Internacional em Jogo Responsável, nível 2, e o reconhecimento internacional pela World Lottery Association (WLA) da qualidade do trabalho que acompanhou esta certificação, estabeleceu-se um importante desenvolvimento na actividade dos Jogos Sociais, bem como na criação das respectivas evidências a nível externo.

A nível das Relações Internacionais foram alcançados objectivos de grande visibilidade no contexto da WLA, EL (European Lotteries) e CIBELAE (Corporación Iberoamericana de Loterías Y Apuestas de Estado), bem como na organização de eventos multilaterais.

Lisboa, 16 de Março de 2011

Os Administradores Executivos,

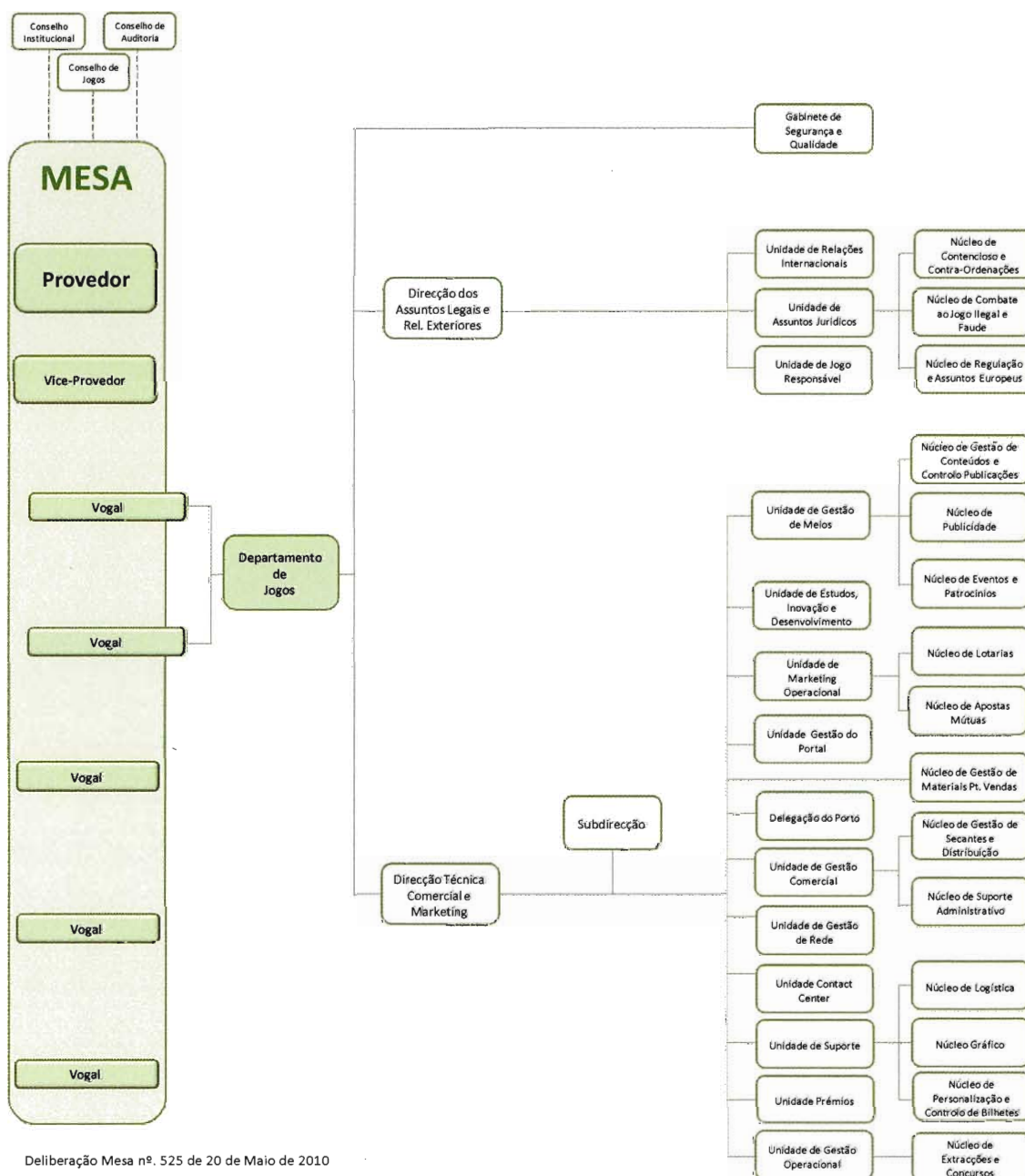


(José Pires Antunes)



(António Jorge Martins Barata)

Estrutura orgânica



Deliberação Mesa nº. 525 de 20 de Maio de 2010

Handwritten signatures and initials.

Assinado

Projectos e acções desenvolvidas

Direcção Técnica, Comercial e Marketing

Subdirecção Comercial

O ano de 2010 foi marcado pela concretização de alguns projectos decorrentes de 2009 e pelo desenvolvimento de novas medidas e práticas, que permitiram impulsionar e redimensionar a actividade comercial do Departamento de Jogos.

Assim, são de destacar os seguintes projectos e actividades:

- Implementação de nova metodologia relativa à supervisão e controlo semanal dos incumprimentos verificados por falta de depósito atempado das receitas das Apostas Mútuas e da Raspadinha. Em resultado da estratégia definida, e das novas práticas implementadas, os incumprimentos reduziram 57% e 40%, respectivamente;
- Elaboração de planos de negócios por mediação, definidos em conformidade com os objectivos traçados, em linha com as reais potencialidades de cada mediador e com intervenção activa dos Inspectores;
- Integração do distrito de Lisboa e Ilhas no circuito da distribuição da Lotaria Nacional;
- Formação dos mediadores sobre a venda de Lotaria Nacional através dos terminais de jogo, decorrente do projecto de desmaterialização;
- Segmentação da rede de mediadores, concluída no final do 1º semestre, dando resposta a um objectivo estratégico de avaliação de toda a rede de mediadores, com métricas quantitativas e qualitativas associadas;
- Elaboração de um plano de incentivos para os mediadores, a implementar em 2011, em função da avaliação do cumprimento dos planos de negócios;
- Criação de objectivos comerciais para cada Inspector;
- Criação de uma estrutura hierárquica intermédia, na área comercial, com a definição da função de Gestor de Área;

- Criação da Intranet da Subdirecção Comercial, tendo sido disponibilizados indicadores de gestão com vista à monitorização da actividade da rede de mediadores;
- Produção de novas peças de sinalética que complementam o equipamento actualmente instalado nas mediações;
- Levantamento, a nível nacional, da relação dos equipamentos de sinalética instalados nas mediações. Esta acção traduziu-se num aumento de 86% dos pedidos de melhoria de sinalética, face a 2009, passando de 462 pedidos de melhoria, nesse ano, para 855 pedidos em 2010;
- Monitorização da actividade da rede de mediadores, no caso concreto e específico da comercialização regular de Lotarias e de Raspadinha;
- Em consequência do projecto de expansão da rede de mediadores iniciado em 2009 e que se mantinha como objectivo estratégico para este ano, iniciaram a actividade 207 novos mediadores (o que representou um aumento de 86%) face aos 111 mediadores que iniciaram a sua actividade em 2009;
- Procedeu-se ao início da digitalização dos processos de mediadores, com o objectivo de racionalizar recursos e dotar de maior eficiência e segurança o processo de arquivo.

Subdirecção Técnica

As actividades desenvolvidas pela Subdirecção Técnica tiveram por objectivo a execução das acções e projectos constantes do Plano de Actividades, com especial enfoque nas acções inscritas no QUAR, nomeadamente o reforço dos níveis de qualidade de serviço aos apostadores e mediadores.

De entre os projectos e actividades novas previstas, importa destacar as seguintes:

- Participação do Contact Center (CC) nos troféus atribuídos pela Associação Portuguesa de Contact Center, tendo alcançado, pela segunda vez consecutiva, o 1º Prémio na Categoria “Outros Serviços”;

- Participação do CC na certificação de Qualidade atribuída igualmente pela Associação Portuguesa de Contact Center, tendo sido um dos primeiros CC a nível nacional a obter a referida certificação pelos níveis de qualidade de serviço e pelas melhores práticas de gestão implementadas;
- Realização de uma formação, em regime *outdoor*, designada *Smilepaper* para a equipa do CC, a qual permitiu avaliar o grau de satisfação dos trabalhadores com as tarefas que executam diariamente, e definir algumas medidas a implementar no CC;
- Coordenação operacional da implementação de novas funcionalidades no Terminal Altura, com destaque para a nova prestação de contas da Lotaria Nacional, integrando o detalhe do jogo físico e virtual, bem como para a reestruturação do código fonte do referido terminal, a fim de viabilizar a implementação do projecto de evolução do Euromilhões;
- Coordenação operacional do projecto de Desmaterialização da Lotaria Nacional (Clássica e Popular);
- Melhoria da segurança no pagamento de prémios, tendo sido produzidos 5 novos modelos de relatórios de controlo de actividade, em conformidade com as normas da World Lottery Association (WLA).
- Implementação de melhorias nos procedimentos de pagamento de prémios, o que permitiu melhorar a qualidade de serviço aos jogadores, sendo que 99,5% dos pedidos de serviços foram executados dentro dos níveis de serviços estabelecidos;
- Alargamento do número de mediadores abrangidos pelo sistema de distribuição de consumíveis, atingindo a totalidade da rede comercial, o que originou um aumento significativo das encomendas a preparar e expedir, num total de 246.217 encomendas/ano, o que perfaz uma média diária de 993 encomendas, traduzindo um aumento de 35% relativamente ao ano transacto;
- Definição e implementação das alterações de *software* necessárias à introdução da 3.ª linha de distribuição da Ráspadinha, resultando num aumento da capacidade produtiva em cerca de 120%. Assim obteve-se uma resposta mais adequada ao sensível crescimento de encomendas deste jogo em 2010, num total de 213.939 encomendas, resultando numa média diária de 863 encomendas, traduzindo um aumento de 66% relativamente ao ano transacto;



- Dando resposta ao objectivo de crescimento da rede de mediadores com venda física de bilhetes da Lotaria Nacional, foi alargado significativamente o seu âmbito de abrangência, procedendo-se ao envio de 17.793 encomendas de Lotarias Clássica e Popular, traduzindo assim um aumento de 117%, relativamente ao ano transacto;
- Implementado o Projecto de Desmaterialização da Lotaria Nacional, desenvolveu-se uma nova actividade de impressão, triagem, envelopamento e expedição semanal das prestações de conta e facturas para os cerca de 4.352 mediadores;
- Análise, desenvolvimento e implementação de uma estrutura de base de dados para registar, identificar, localizar e etiquetar as caixas que contém o jogo de Lotaria Nacional a aguardar prescrição durante 3 anos, de acordo com a Lei, com recurso à leitura de código de barras;

Subdirecção Marketing

Em 2010 teve lugar a reestruturação orgânica desta subdirecção, com a aprovação de um organigrama mais enquadrado no reposicionamento dos objectivos estratégicos do Departamento de Jogos nesta área e mais eficiente para encarar os desafios futuros.

A implementação do novo enquadramento fiscal na segunda metade de 2009 determinou a redefinição de toda a estratégia de marketing e comunicação da carteira de produtos, em alinhamento com os novos objectivos traçados. O ano de 2010 consolidou essa estratégia, através do reposicionamento, por exemplo, da Lotaria Instantânea na sequência do *renaming* para Raspadinha, bem como da definição do novo modelo de exploração para o Totoloto, em conjunto com o reforço da participação dos JSC em eventos de grande notoriedade e projecção da marca.

A actividade desenvolvida, foi no sentido de dar resposta adequada à execução dos seguintes projectos e acções:

- Reestruturação das políticas de comunicação, das quais se destacam duas alterações significativas, nomeadamente na Lotaria Instantânea e Lotaria Nacional (Lotarias Clássica e Popular), que levaram a uma redefinição dos seus eixos de comunicação e tiveram impactos muito positivos no crescimento das vendas.

Lotaria Instantânea

Este jogo teve em 2010 um grande investimento publicitário, que teve o seu retorno imediato no crescimento muito significativo das vendas em mais de 94% relativamente a 2009.

As intervenções mais importantes foram:

- *Rebranding* da Lotaria Instantânea

Adoptou-se o *naming* mais “enraizado” no comprador habitual – Raspadinha, reforçando assim a ligação ao jogo, suportado por uma campanha publicitária que decorreu de 9 a 17 de Março de 2010, diversificando os habituais canais de divulgação para uma maior abrangência de *targets* distintos;

- Lançamento do jogo “Preço Certo”

Criação de um novo conceito de jogo da Raspadinha denominado “Preço Certo”, criando sinergias com o programa televisivo de grande audiência, e que veio a revelar-se “Uma Boa Aposta”. Este lançamento foi suportado com uma campanha publicitária multi-meios, no período de 8 a 20 de Setembro de 2010, bem como autopromoções ao jogo no canal RTP1.

- Lançamento do Jogo “Raspadinha Feliz Natal”

Criação de um jogo de grande impacto visual, alusiva à época natalícia, suportado igualmente com uma campanha publicitária que decorreu de 23 de Novembro a 10 de Dezembro. Este Jogo, focado no tema Natal e com características totalmente distintas dos restantes, teve uma grande aceitação no mercado. Foi também o início da campanha de reposicionamento da Raspadinha com a divulgação da sua nova assinatura “Raspadinha – Está sempre a dar”.

Lotaria Nacional

O ano 2010 marcou uma nova era na Lotaria Nacional com a implementação da venda deste produto através do Terminal, revitalizando assim o jogo mais antigo do portfolio dos JSC e contribuindo para o aumento das receitas.



○ Desmaterialização das Lotarias Clássica e Popular

Lançamento de uma Campanha que abrangeu vários meios, decorreu de 5 a 19 de Outubro de 2010. Com esta campanha foi também divulgado o Cartão de Jogador, que permite ao jogador a possibilidade de receber os prémios por transferência bancária de valor superior a 150 euros e inferior a 5.000 euros;

○ Reposicionamento da Lotaria Clássica

Com a habitual campanha da Lotaria Clássica que abrange as extracções do Natal, Fim de Ano e Reis, deu-se início ao reposicionamento de marca com a divulgação da sua nova assinatura “Lotaria Clássica – A nossa Sorte”.

Restantes Jogos

Para além das acções correntes de comunicação, nomeadamente as campanhas de Jackpot, iniciaram-se no último trimestre do ano, com as novas Agências criativas que ganharam o Concurso Público Internacional, os trabalhos para a definição de um reposicionamento do eixo de comunicação desses produtos em 2011, a começar pelo Euromilhões.

● Eventos Nacionais

Fazendo parte integrante de um importante eixo de comunicação dos JSC, manteve-se em 2010 a nossa participação em Eventos Nacionais, dos quais se destacam pela sua representatividade:

- 3.ª Viagem de Circum-Navegação do Navio-Escola Sagres, que teve o apoio de uma Campanha de divulgação do patrocínio JSC à Viagem, bem como Campanhas específicas para divulgação dos Sorteios Promocionais “Euromilhões – A Sorte Protege os Audazes” e “Lotaria Clássica – A Sorte Protege os Audazes”;
- 36.ª Volta ao Algarve em Bicicleta;
- Final da Taça de Portugal em Basquetebol;
- Meia Maratona Internacional de Lisboa e Corrida da Mulher;
- Campeonato do Mundo de *SuperBikes* 2010;
- *Rock In Rio*, Lisboa;
- *Bike Tour* Lisboa e Porto;
- Festivais de Verão;

Handwritten signature and initials in blue ink.

- 72.ª Volta a Portugal em Bicicleta;
- Euromilhões *The Race of Champions*;
- Barrigas de Amor;
- II Mundialinho da Integração;
- *Rip Curl* 2010;
- 6.º Campeonato do Mundo de Futebol INAS-FID / ANDDI;
- Jogos de Portugal 2010, iniciativa da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência;
- Natal em Lisboa 2010 e Desfile de Pais Natal - Porto;

Nos eventos de maior dimensão foram implementados estudos de avaliação e monitorização da marca JSC, o que nos permitiu definir uma melhor estratégia e posicionamento de marca para os eventos a patrocinar em 2011.

- Portal (PJSC)

Ao longo de 2010 foram desenvolvidas diversas acções e passatempos de suporte às promoções ou participação dos JSC em Eventos Nacionais. De entre elas destacam-se:

- Campeonato do Mundo de *SuperBike* 2010, no âmbito do patrocínio do Euromilhões a este evento, e que se realizou de 5 a 21 de Março, permitindo aos apostadores ganhar passes duplos para assistirem ao evento e também a possibilidade de uma volta ao circuito com um piloto profissional;
- Rali Automóvel de Santo Tirso, com a produção de um microsite www.rallyjogossantacasa.com, onde os jogadores participavam num passatempo que os habilitava a uma experiência de co-piloto com o campeão do mundo de *Production World Rally Championship (PWRC)* de 2009, Armindo Araújo;
- Raspa-te para os Festivais, onde foi desenvolvido um microsite www.raspateparaosfestivais.com, que comunicava a presença da Raspadinha nos festivais e os apostadores habilitavam-se a prémios, de entre os quais “passes” para os Festivais de Verão;

- Euromilhões *Race of Champions*, no âmbito do patrocínio do Euromilhões, onde os apostadores respondiam a perguntas e habilitavam-se a experiências *co-drives* com pilotos profissionais, no decorrer dos treinos do evento;
- 6º Aniversário Euromilhões - Portal , com o desenvolvimento do jogo “Daniel Trump 6º Aniversário – Aprendiz de Milionário”, que teve lugar entre os dias 25 de Outubro e 3 de Dezembro, habilitando-se os apostadores, através de um jogo, a prémios monetários;

Neste momento, o PJSC tem um total de 371.920 jogadores registados, dos quais cerca de metade são jogadores semanais activos ao nível de permissões para recepção da nossa comunicação.

- Separação Totoloto / Loto 2

Foram efectuados estudos internos e externos (estudo de mercado) e aprovadas as especificações que definem o novo modelo de exploração para o Totoloto, a implementar em Março de 2011, tendo sido constituído um Grupo de Projecto multidisciplinar para o concretizar.

Como suporte de comunicação está prevista a realização de uma campanha multi-meios de lançamento do “Novo Totoloto” integrando o novo posicionamento deste produto.

- Segundo Sorteio do Euromilhões

No âmbito da nossa parceria com os restantes oito países que compõem o Euromilhões, os JSC participaram na decisão de se introduzirem alterações no modelo de exploração deste jogo, das quais se destacam:

- Segundo sorteio à terça-feira;
- Introdução de duas estrelas, passando o modelo técnico para 5/50 + 2/11;
- Introdução de uma 13ª categoria de prémio (2+0 acertos).

Direcção dos Assuntos Legais e Relações Exteriores

De forma a atingir os objectivos propostos para 2010, bem como o contributo para os objectivos estratégicos, a Direcção dos Assuntos Legais e Relações Exteriores (DIARLE) realizou diversas actividades, de que ressaltam as seguintes:

- Obteve-se a Certificação em Jogo Responsável, nível 2. A certificação foi concedida com reconhecimento expresso da solidez do trabalho em curso e com a forte recomendação de prosseguir para o nível máximo (IV) de certificação.
- Acentuou-se a participação externa em eventos internacionais, destacando-se a apresentação de duas palestras na Europa sobre jogo responsável (uma no Parlamento Europeu, no âmbito do *Responsible Gambling Day* e outra em Malta sobre Operadores de Jogo vs Jogo Responsável) e uma palestra no seminário ibero-americano sobre responsabilidade social.

O ano de 2010 foi marcado pela implementação de iniciativas estratégicas de forte relevo no âmbito da gestão e exploração dos Jogos Sociais, atribuída há Santa Casa há mais de dois séculos.

O intenso trabalho desenvolvido com a Presidência rotativa da União Europeia (Espanha e Bélgica) no grupo de trabalho Jogos do Conselho da União Europeia (COREPER I), enquanto representantes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, bem como nos Grupos de Trabalho Legal e Regulatório da Associação Europeia de Lotarias, e junto dos órgãos da União Europeia (Conselho da União Europeia, Parlamento Europeu e Comissão Europeia) permitiu, ao fim de 2 anos, obter as primeiras conclusões do Conselho Europeu em matéria de jogos, aprovadas em Dezembro de 2010, as quais foram claramente favoráveis ao regime de exploração de jogo em vigor em Portugal.

Destaca-se igualmente a participação, como representantes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, no *Council Working Group*, no âmbito do COREPER - Estabelecimento e Serviços, e no Grupo de trabalho nacional incumbido de avaliar o quadro legal e a prática de jogo através da Internet, criado pelo Despacho n.º 13722/2010, de 18 de Agosto.

A nível europeu a discussão prossegue em torno da necessidade de existência de autoridades administrativas reguladoras e de coordenação nacionais, bem como do projecto do Livro Verde da Comissão Europeia.

A participação do Departamento de Jogos na negociação da Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia relativa aos "Direitos dos Consumidores" alcançou os objectivos propostos, tendo-se obtido a exclusão total do jogo desta directiva. A exclusão da actividade de jogos a dinheiro foi uma vitória portuguesa e alemã não negligenciável, e reforça não só o expresse reconhecimento da especificidade da actividade de exploração de jogos a dinheiro mas também o reconhecimento de que é competência própria de cada um dos Estados-membros decidir como regular esta actividade no seu território.

Por sua vez, o contencioso comunitário intensificou-se em 2010, merecendo destaque o contributo para a defesa dos interesses do Estado Português prestado pelo Departamento de Jogos, através da intervenção dos seus colaboradores, na qualidade de agentes, nos processos submetidos à apreciação do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria de exploração de jogos a dinheiro.

A nível da regulação foram elaborados, negociados e enviados para publicação todos os decretos-leis e portarias necessários para fazer promover a reestruturação dos Jogos Sociais que serão realidade em 2011.

Releva-se ainda que, no ano 2010, se assegurou a presidência da SLE (Service aux Loteries en Europe), empresa responsável pela prestação de serviços relativos à exploração do jogo comum Euromilhões.

A Unidade de Relações Internacionais assumiu visibilidade no contexto da WLA (Word Loteries Association), EL (European Lotteries) e CIBELAE (Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado), tendo apresentado uma palestra no congresso da CIBELAE sobre "Propriedade do *software* vs licenciamento de *software* de jogos - importância da propriedade intelectual do *software* das lotarias nos operadores do Estado".

De todos os eventos organizados destacamos a reunião da junta directiva da CIBELAE em Abril; o seminário sobre responsabilidade social em Lisboa e a realização do curso da Universidade de Verão da EL, no Porto.

Ao nível da cooperação foram dados passos decisivos relativamente a Timor, sendo de salientar o protocolo assinado com a Inspeção Geral de Jogos daquele país e a aceitação de Timor Leste como membro de pleno direito da CIBELAE.

Relativamente ao ano anterior, o número de processos de contra-ordenação concluídos em 2010 aumentou 270%. O acompanhamento sistemático, em todo o território, dos julgamentos das impugnações das coimas aplicadas nos processos de contra-ordenação, traduziu-se numa taxa de ganhos de causa superior a 95%.

O ligeiro acréscimo das receitas obtidas com os processos de contra-ordenação justifica-se pelo facto de a maioria dos processos de contra-ordenação ter sido concluída no último trimestre, sendo por isso expectável que o maior impacto na arrecadação de coimas se faça sentir em 2011.

Foram reforçados os canais de colaboração entre a DIALRE e os órgãos de polícia criminal, nomeadamente a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) e Polícia Judiciária, o que permitiu tornar mais efectivo o combate ao jogo ilegal e mais consistente a recolha de provas. Foram ainda realizadas acções de formação interna, em Lisboa e Porto, sobre jogo ilegal dirigidas aos Inspectores, aos colaboradores do Contact Center e outros.



Gabinete de Segurança e Qualidade

No âmbito da renovação e manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), e tendo presente a nova abrangência do âmbito, o GSQ desenvolveu as seguintes actividades:

- Assegurou a adequação da documentação relevante de suporte ao SGSI, designadamente, Âmbito do SGSI, Declaração de Aplicabilidade;
- Desenvolveu Políticas de Segurança, Normas do SGSI e Análise de Risco para todos os activos abrangidos, em articulação com as várias áreas da Organização;
- Promoveu a realização de acção de formação sobre os requisitos da norma ISO/IEC 27001: 2005 para os novos dirigentes e chefias integrados no sistema, a qual foi ministrada por entidade externa (BSI);
- Preparou os conteúdos e assegurou a realização de acções de formação / sensibilização sobre o SGSI para os novos trabalhadores abrangidos;
- Preparou os conteúdos e assegurou a realização de acção de formação / sensibilização aos Gestores de Zona, tendo como objectivo enquadrar a sua actuação no âmbito do SGSI, nomeadamente o papel a desempenhar na criação de um ambiente de segurança nos mediadores;
- Preparou os conteúdos para a acção de sensibilização em segurança, concretizada pela DITCM, a toda a rede de mediadores;
- Assegurou, em coordenação com as várias áreas envolvidas, a definição e implementação das acções correctivas decorrentes das auditorias efectuadas pela entidade certificadora;
- Integrou equipas de auditorias, participando na realização das auditorias internas de segurança e na elaboração dos respectivos relatórios;
- Integrou as equipas de observadores constituídas no âmbito do Plano de Continuidade do Negócio, participando na realização dos testes e na elaboração dos respectivos relatórios;
- Assegurou a gestão das actividades inerentes ao funcionamento da Comissão de Segurança do Departamento de Jogos.



No âmbito da participação em novos projectos / contratações, o GSQ:

- Assegurou a coordenação da realização da análise de risco a novos projectos, designadamente, Evolução do Euromilhões e Separação dos Lotos, de forma a identificar antecipadamente os requisitos e os controlos de segurança que tais projectos têm que assegurar;
- Participou no grupo de trabalho constituído no âmbito da mudança de instalações, colaborando na identificação dos controlos de segurança a integrar nos projectos de especialidade para o novo edifício;
- Assegurou a coordenação da realização da análise de risco a processos de aquisição/ contratação com impacto na actividade da organização e exploração dos Jogos Sociais, designadamente, migração da rede de comunicações X25 para IP, *outsourcing* de Recursos Humanos para o Contact Center, *outsourcing* de serviços de suporte de cliente.

No âmbito da participação em organizações internacionais:

- Assegurou a representação do Departamento de Jogos no grupo de trabalho sobre Segurança e Análise de Risco da European Lotteries, participou nas reuniões de trabalho realizadas, integrou ainda, o grupo restrito que está a desenvolver a documentação de base a apresentar por aquele grupo durante o ano de 2011;
- Participou nas reuniões do *EuroMillions Partners Lotteries Security Fórum* (EPLSF), constituído por representantes das Lotarias que exploram o jogo Euromilhões.



Recursos humanos

No final de 2010, o Departamento de Jogos contava com 267 colaboradores, mais 4,7% do que no ano anterior. Apresenta-se a distribuição dos recursos humanos pela estrutura orgânica:

Recursos Humanos por Direcção	2009	2010
Direcção Ass. Legais Relações Exteriores (DIALRE)	14	23
Direcção Técnica Comercial e Marketing (DITCM)	239	242
- DITCM - Direcção	10	9
- DITCM - Subdirecção Comercial	61	63
- DITCM - Subdirecção de Marketing	21	22
- DITCM - Subdirecção Técnica	147	148
Gabinete de Segurança e Qualidade (GSQ)	2	2
Total	255	267

Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

Os dados referentes ao ano de 2009 foram corrigidos pela DIRH.

Em 2010 as admissões para o Departamento de Jogos totalizaram em 18 colaboradores, dos quais: 9 colaboradores na DITCM, 8 colaboradores na DIALRE e 1 colaborador no GSQ.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Entradas	12	3	4	9	18
Saídas	16	8	6	146	6
Recursos Humanos em 31 Dezembro	399	394	392	255	267

Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

Os dados referentes ao ano de 2009 foram corrigidos pela DIRH.

Nas 146 saídas ocorridas em 2009, encontram-se incluídos os 120 colaboradores dos Serviços Instrumentais (Financeira, Aprovisionamento, Recursos Humanos e Sistemas de Informação) integrados na estrutura orgânica da Santa Casa.

O vínculo contratual dos trabalhadores, com o comparativo do ano anterior:

Relação Jurídica	2009	2010
Contrato individual de trabalho	189	183
Quadro com comissão por tempo indeterminado	30	35
Contrato individual de trabalho e em regime de comissão de serviço	4	4
Contrato por tempo indeterminado e em regime de comissão de serviço (a)	0	0
Comissão de serviço (b)	2	3
Contrato individual de trabalho a termo certo	5	15
Quadro residual (trabalhadores da função pública)	1	3
Quadro residual (trabalhadores da função pública) comissão	24	24
Total	255	267

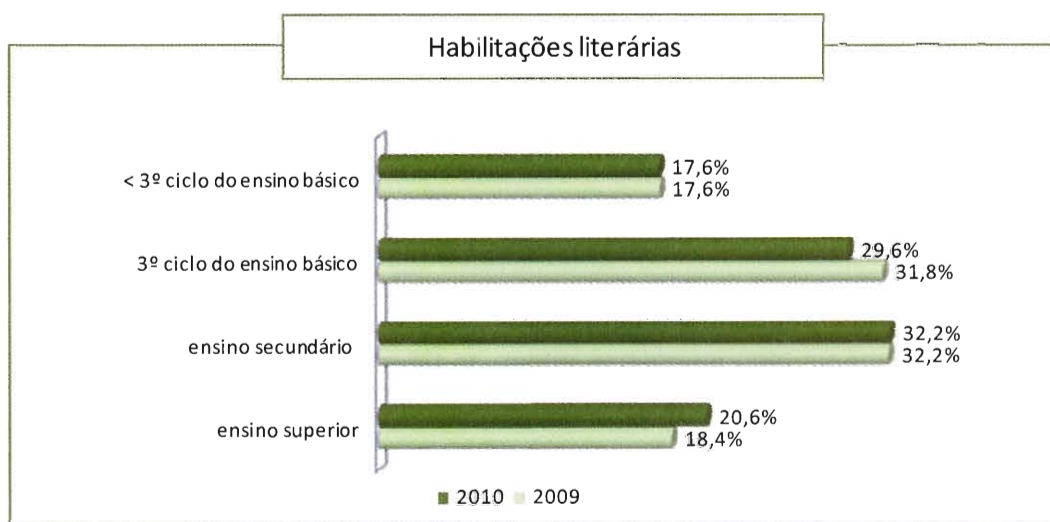
Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

Os dados referentes ao ano de 2009 foram corrigidos pela DIRH.

(a) Celebrado ao abrigo do Dec-Lei n.º 32/2001, de 8 de Fevereiro, que possibilitou aos trabalhadores com vínculo à função pública a integração em carreiras de âmbito privado.

(b) Têm vínculo ao Departamento de Jogos, através de celebração de contrato em regime de comissão.

Relativamente às habilitações literárias, verificou-se em 2010, uma melhoria do nível de literacia. O efectivo com escolaridade igual ao 3º ciclo do ensino básico diminuiu de 31,8% para 29,6%, em contrapartida aumentou o efectivo com habilitações ao ensino superior de 18,4% para 20,6%.



Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

Handwritten signature and date: 2010

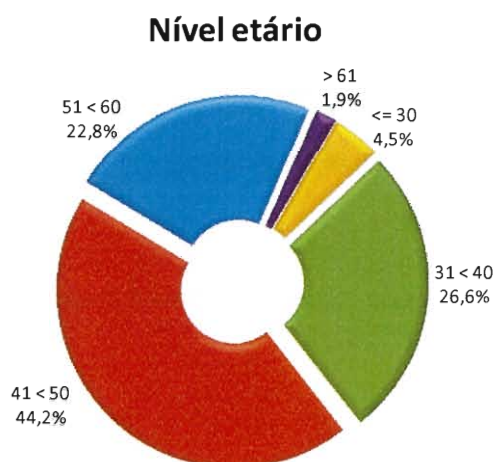
A taxa de emprego masculino/feminino tem-se mantido constante.

Sexo	2006	2007	2008	2009	2010
Feminino	178	174	172	106	113
%	45%	44%	44%	42%	42%
Masculino	221	220	220	149	154
%	55%	56%	56%	58%	58%

Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

Os dados referentes ao ano de 2009 foram corrigidos pela DIRH.

O nível etário médio dos trabalhadores situa-se nos 45 anos, sendo a estrutura etária a seguinte:



Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

Absentismo

	2009	2010	Δ
Taxa de Absentismo	3,8%	3,4%	-0,4 p.p.

Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

Em 2010, a taxa de absentismo do Departamento de Jogos situou-se nos 3,41%, apresentando uma variação negativa de 0,4 p.p., face a 2009.

Decompondo a taxa apresentada, identificou-se os principais motivos para os dias de ausência, nomeadamente:

- 62,0% por doença (49,8% em 2009);
- 12,2% por maternidade (25,6% em 2009);
- 5,4% por assistência à família (5,3% em 2009);
- 4,7% por acidente de trabalho (0,9% em 2009);
- 1,1% por greve (inexistente em 2009).

Handwritten signature: mmt
Handwritten signature: luf

Formação

Formação	Nº. Acções			Nº. Participantes			Volume de Formação		
	2009	2010	Δ	2009	2010	Δ	2009	2010	Δ
Externa	12	9	-25%	25	18	-28%	661	1.032	56%
Interna	34	48	41%	410	381	-7%	4.853	6.312	30%
Autoformação	0	1	100%	0	1	100%	0	24	100%
TOTAL	46	58	26%	435	400	-8%	5.514	7.368	34%

Fonte: Direcção de Recursos Humanos (DIRH).

Em 2010, procedeu-se à continuação da qualificação dos colaboradores, realizando-se 58 acções de formação, com um total de 400 participações. Face a 2009, estes valores representam um crescimento de 26% em número de acções e um decréscimo de 8% em número de participantes.

Relativamente ao volume de horas, registou-se um total de 7.368 horas, traduzindo-se num acréscimo de 34%, face a 2009.

Em média, o número de horas de formação interna dos colaboradores do Departamento de Jogos é de 23,64 horas.

Análise da exploração dos Jogos Sociais

A análise económica e financeira que se apresenta, sintetiza os resultados alcançados pelo Departamento de Jogos.

Em 2010, implementou-se as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), tendo sido efectuada a transição do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Neste sentido, efectuou-se a reexpressão das demonstrações financeiras de 2009, avaliando os impactos ao nível dos resultados e do capital próprio, bem como o impacto nas políticas de gestão do capital.

Resultados

	(mil euros)			
	2010	2009	Δ Valor	Δ %
Rendimentos operacionais	511.868	578.638	-66.770	-11,5%
Gastos operacionais	80.414	84.766	-4.351	-5,1%
EBITDA	434.589	501.047	-66.458	-13,3%
Resultado operacional	431.454	493.872	-62.418	-12,6%
Resultado financeiro	1.948	3.118	-1.170	-37,5%
Resultado líquido do período (a)	433.402	496.990	-63.588	-12,8%
Margem EBITDA	31,4%	36,4%	-4,9 p.p.	
Margem operacional	31,2%	35,8%	-4,6 p.p.	
Margem líquida	31,4%	36,1%	-4,7 p.p.	

As margens incidem sobre os rendimentos brutos dos Jogos Sociais

(a) Em 2009 o resultado líquido do período está reexpressado



O resultado líquido do período alcançou 433.402 mil euros, menos 63.588 mil euros (-12,8%), relativamente ao ano de 2009 (reexpresso).

Como consequência da transição para o SNC, o resultado líquido do período de 2009 foi reexpressado, reflectindo, entre outros, os seguintes ajustamentos:

- Depreciações e amortizações decorrentes das reavaliações efectuadas no período de transição aos activos fixos tangíveis e intangíveis, no valor de 2.276 mil euros;
- Ajustamentos das responsabilidades do fundo de pensões, no valor de 1.266 mil euros.

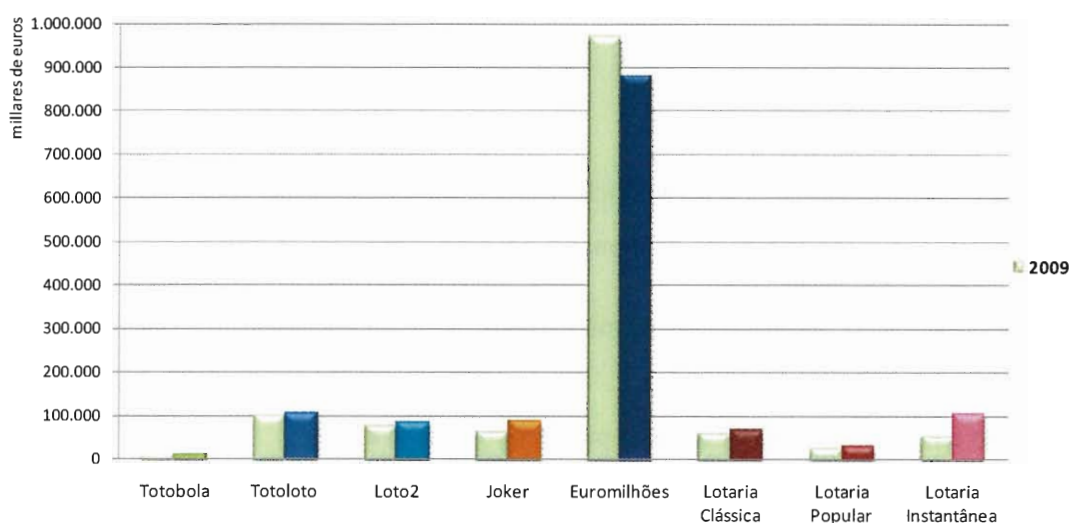
Rendimentos

	(mil euros)			
	2010	2009	Δ Valor	Δ %
Rendimentos brutos dos Jogos Sociais	1.382.302	1.377.901	4.400	0,3%
Totobola	10.427	9.271	1.156	12,5%
Totoloto	107.180	104.054	3.126	3,0%
Loto2	85.628	79.576	6.052	7,6%
Joker	88.831	65.712	23.119	35,2%
Euromilhões	883.298	974.118	-90.820	-9,3%
Lotaria Clássica	68.559	63.729	4.830	7,6%
Lotaria Popular	32.821	27.018	5.803	21,5%
Lotaria Instantânea	105.557	54.424	51.134	94,0%
Prémios	-741.754	-717.138	-24.617	3,4%
Rem. mediadores pagas p/ jogadores	-84.768	-80.984	-3.784	4,7%
Imposto do Selo s/ jogo	-59.189	-18.497	-40.692	220,0%
Rendimentos líquidos dos Jogos Sociais	496.590	561.282	-64.692	-11,5%
Prémios caducados	14.276	13.201	1.076	8,1%
Reg. amort. on-line	642	3.622	-2.980	-82,3%
Juros obtidos	2.277	3.202	-925	-28,9%
Restantes rendimentos	359	532	-173	-32,5%
Total dos rendimentos	514.145	581.839	-67.695	-11,6%

A totalidade dos rendimentos registou uma quebra 11,6%, que corresponde a menos 67.695 mil euros.

A diminuição verificada deve-se essencialmente ao decréscimo dos rendimentos líquidos dos jogos, decorrente das alterações legislativas, ocorridas em Setembro de 2009. Destas alterações, os montantes destinados a prémios aumentaram e foi introduzido o Imposto do Selo sobre as apostas.

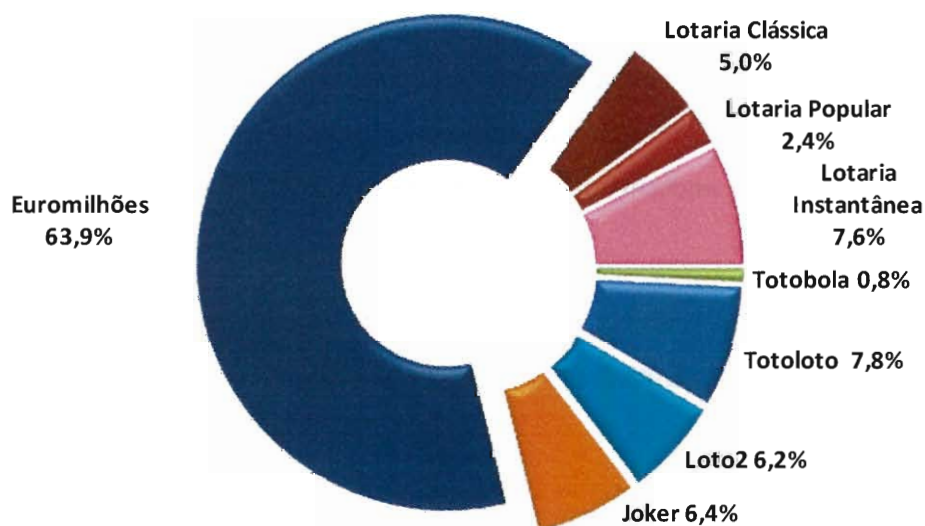
Rendimentos brutos dos Jogos Sociais



Os Rendimentos brutos dos Jogos Sociais totalizaram 1.382.302 mil euros, representando um aumento de 0,3% em relação ao ano anterior.

Verifica-se que, à excepção do Euromilhões, todos os jogos evoluíram positivamente, em relação ao ano anterior.

Peso dos Jogos Sociais nos rendimentos brutos



O Euromilhões continua a destacar-se como o jogo com maior peso nos rendimentos (63,9%) seguidos do Totoloto e Lotaria Instantânea com 7,8% e 7,6%, respectivamente.

O comportamento negativo do Euromilhões contribuiu para o fraco crescimento dos rendimentos brutos. O decréscimo deveu-se essencialmente a:

- Este jogo estar no mercado desde 2004, sem sofrer alterações, provocando algum desinteresse por parte dos jogadores;
- E à diminuição da duração média dos ciclos dos *jackpots*, raramente atingindo montantes que permitam a renovação constante da atenção, por este jogo.

Ainda a salientar, o crescimento dos rendimentos brutos da Lotaria Instantânea de 94%, explicado sobretudo por:

- Alteração das percentagens destinadas para prémios (50% a 70%);
- Forte investimento publicitário e às intervenções ao nível do *rebranding*;
- Definição e implementação das alterações de *software* necessárias à introdução da 3.ª linha de distribuição, resultando num aumento da capacidade produtiva em cerca de 120%, obtendo assim, uma resposta mais adequada no crescimento de encomendas deste jogo;
- Introdução de novos jogos, 13 em 2010 contra 8 em 2009.

Regularizações *on-line*

Este registo destina-se a evitar uma dupla penalização nos resultados a distribuir. Ou seja, há que considerar como rendimento o valor das depreciações e amortizações dos investimentos referentes à renovação do equipamento, uma vez que este já foi deduzido ao montante a distribuir aos beneficiários.

A variação de menos 2.980 mil euros (-82,3%) face ao ano anterior, deve-se ao facto de alguns activos já se encontrarem totalmente depreciados/amortizados.

Juros obtidos

O decréscimo de 925 mil euros (-28,9%), face ao período homólogo, é justificado pela descida das taxas de juro das aplicações a curto prazo do Fundo *on-line* e das aplicações realizadas pelo HSBC (Fundo de Tesouraria – Irlanda), no âmbito do Euromilhões.

Gastos

	(mil euros)			
	2010	2009	Δ Valor	Δ %
CMVMC	4.663	3.652	1.011	27,7%
Forn. e serv. externos	59.133	58.912	221	0,4%
Gastos com pessoal	7.214	8.663	-1.449	-16,7%
Gastos de dep. e amortização	3.135	7.175	-4.039	-56,3%
Provisões do período	4.696	4.873	-177	-3,6%
Restantes gastos	1.900	1.574	327	20,8%
Total dos gastos	80.743	84.849	-4.107	-4,8%

Os gastos totais ascenderam a 80.743 milhares de euros, registando uma diminuição de 4.107 mil euros (-4,8%), relativamente ao ano anterior. Este decréscimo deve-se essencialmente aos gastos com o pessoal (-16,7%) e aos gastos de depreciação e amortização (-56,3%).

Custo mercadorias vendidas

O incremento de 1.011 mil euros (27,7%) face ao ano anterior, resulta especialmente, do aumento de 999 mil euros na conta “bilhetes de Lotaria Instantânea”, acompanhando assim a tendência da evolução dos rendimentos brutos.

Fornecimentos e serviços externos

	(mil euros)			
	2010	2009	Δ Valor	Δ %
Outsourcing	726	477	249	52,3%
Trabalhos especializados	3.914	3.774	139	3,7%
Publicidade e propaganda	27.512	30.187	-2.674	-8,9%
Vigilância e Segurança	711	708	4	0,5%
Outras comissões	1.269	502	767	152,7%
Conservação e reparação	6.105	5.713	392	6,9%
Transporte de bens e valores	1.652	1.101	551	50,1%
Rendas e alugueres	1.477	1.220	257	21,0%
Comunicação	7.908	7.494	414	5,5%
Acordo prestação de serviços	5.603	5.300	302	5,7%
Restantes FSE	2.257	2.437	-180	-7,4%
Total dos fornecimentos e serv. externos	59.133	58.912	221	0,4%

Os fornecimentos e serviços externos, apresentaram uma variação desfavorável, mais 221 mil euros (0,4%), relativamente ao ano anterior.

Outsourcing

A variação de mais 249 mil euros (52,3%), face ao ano anterior, deve-se ao aumento da actividade do Contact Center, nomeadamente com a criação da linha de apoio domiciliário em Julho de 2009. Importa referir, que este serviço é assegurado, essencialmente, por uma empresa de *outsourcing* de recursos humanos.

Publicidade e propaganda

No ano 2010 os gastos em publicidade e propaganda diminuíram 2.674 mil euros (-8,9%), face ao ano transacto. Em 2009, na sequência do novo enquadramento fiscal, foi redefinida toda a estratégia de marketing e comunicação da carteira de produtos JSC, e de forma a comunicar todas estas alterações, foram produzidas campanhas específicas para cada produto.

Como se pode observar pelo quadro abaixo, os maiores crescimentos registados em publicidade foram para os jogos Lotaria Nacional e Lotaria Instantânea.

	(mil euros)			
	2010	2009	Δ Valor	Δ %
Totobola	437	237	200	84,1%
Totoloto e Loto2	3.047	4.250	-1.203	-28,3%
Joker	1.693	2.129	-436	-20,5%
Euromilhões	11.796	17.672	-5.876	-33,3%
Lotaria Nacional	5.561	5.071	490	9,7%
Lotaria Instantânea	4.978	827	4.151	502,0%
Total da publicidade e propaganda	27.512	30.187	-2.674	-8,9%

Decorrente da implementação do projecto “Desmaterialização da Lotaria Nacional”, foram gastos mais 490 mil euros (9,7%) em publicidade neste jogo.

Na Lotaria Instantânea o acréscimo de 4.151 mil euros (502%), face ao ano anterior, deve-se à aposta no *rebranding* da Lotaria Instantânea, adoptando-se um nome mais “enraizado” no comprador habitual – Raspadinha, e nas campanhas publicitárias referentes ao lançamento dos dois novos jogo:

- “Preço Certo”;
- “Raspadinha Feliz Natal”.



Devido à redução de ocorrência de *jackpots*, o valor gasto em publicidade, para o Euromilhões decresceu 5.876 mil euros.

Outras comissões

Nesta conta são registadas as comissões atribuídas aos mediadores da Lotaria Instantânea, pelo pagamento de prémios, de acordo com os termos regulamentares. Estas comissões representam 2% sobre os montantes de prémios pagos. Os acréscimos de 767 mil euros, face ao ano anterior, resultam do aumento das vendas deste jogo e da revisão do plano de prémios (maior frequência, mais categorias e melhores prémios).

Transporte de bens e valor

O acréscimo de 551 mil euros (50,1%), face ao ano anterior, deve-se ao aumento nas vendas da Lotaria Instantânea. Esta lotaria é distribuída pela empresa CTT expresso.

Gastos com o pessoal

(mil euros)				
	2010	2009	Δ Valor	Δ %
Remunerações	7.084	6.774	310	4,6%
Fundo de Pensões	-1.410	474	-1.884	-397,5%
Encargos sobre remunerações	1.331	1.247	84	6,7%
Restantes gastos com pessoal	210	168	42	25,1%
Total dos gastos com o pessoal	7.214	8.663	-1.449	-16,7%

O decréscimo de 1.449 mil euros (-16,7%), face ao ano anterior, deve-se ao valor presente da obrigação com o plano de pensões.

Após a revisão do estudo actuarial ocorrida em 2010, foi alterada a taxa anual de crescimento das pensões, de forma a reflectir mais apropriadamente a actual conjuntura. Em consequência, foram reconhecidos ganhos actuariais, deduzidos aos gastos com o pessoal, no valor de 1.410 mil euros.

Gastos e depreciação e amortização

A variação de menos 4.039 mil euros (-56,3%), face ao ano anterior, justifica-se pelo fraco investimento realizado nos últimos anos, pela transferência de bens afectos aos serviços instrumentais para a Serviços Centrais e pelo facto de alguns activos já se encontrarem totalmente depreciados/amortizados.

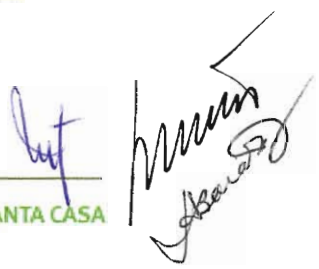
Investimento

O investimento realizado em 2010 totaliza 403 mil euros.

	(mil euros)
	2010
Activos fixos tangíveis	143
- Equip. básico	67
- Mobiliário	13
- Informático	4
- Equip. tip. rep e micrográfico	11
- Outro equip. administrativo	2
- Equip. audio-visual e musical	1
- Outros activos fixos tangíveis	44
Activos intangíveis	260
- Software	260
TOTAL	403

No quadro abaixo, apresenta-se os projectos e acções que tiveram execução em 2010, destacando-se o projecto de desmaterialização da Lotaria Nacional, no montante de 168 mil euros.

	(mil euros)
Projectos e Acções	2010
DITCM	248
Desmaterialização da Lotaria Nacional	168
Renov. equip. gráfico impressão e picote	11
Renovação proc. dobra e envel. corresp. DJ	67
Sist. autom. na prep. encomendas aos mediadores	2
Comum	155
Acções de acréscimo e/ou requalificação actividade	155
Total	403



Análise financeira e patrimonial

Apresenta-se uma síntese comparativa da situação financeira e patrimonial do Departamento de Jogos:

	(mil euros)		
Balanço	31/12/2010	31/12/2009	Δ %
Activo não corrente	84 498	84 503	0,0%
Activo corrente	151.215	158.638	-4,7%
Total do activo	235.713	243.141	-3,1%
Capital próprio	45.891	46.261	-0,8%
Passivo não corrente	35.664	33.299	7,1%
Passivo corrente	154 159	163 581	-5,8%
Total do capital próprio e do passivo	235.713	243.141	-3,1%

Activo

O activo não corrente apresenta um decréscimo de 5 mil euros, face ao ano anterior. Nesta rubrica 89,9% referem-se a activos financeiros que correspondem essencialmente à aplicação dos valores dos Fundos para reclamação e pagamento de prémios, do Fundo para pagamento do 1.º prémio do Totoloto e dos Fundos para renovação do equipamento e material.

Quanto ao activo corrente verifica-se uma diminuição de 4,7%, relativamente a 2009. Esta diminuição resulta do decréscimo de 11,4% nas disponibilidades atenuado pelo acréscimo de 9,6% no saldo dos mediadores e 196,4% na rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos.

A variação de 3.264 mil euros, nos “Devedores por acréscimos de rendimentos” deve-se a diversas especializações, das quais se destaca prémios caducados de apostas mútuas.

A redução das disponibilidades resulta de em 2010 não ter sido liquidado aos mediadores o último concurso do Euromilhões (a data desta cobrança venceu já em 2011), facto que não ocorreu em 2009, resultando no acréscimo do saldo dos mediadores.

Capital próprio

A transição para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), obrigou à reexpressão das demonstrações financeiras de 2009, sendo os impactos mais significativos ao nível do capital próprio, nomeadamente:

- Reclassificação para capitais próprios dos saldos do Fundo de renovação de equipamento, no valor de 40.860 mil euros. Este Fundo é constituído pela retenção de uma percentagem das receitas geradas anualmente pelos Jogos Sociais, que em SNC é equiparável a um subsídio em conformidade com as disposições da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do Governo e divulgações de apoios do Governo, dado que se traduz efectivamente em importâncias “abdicadas” pelos beneficiários dos Jogos Sociais para financiar a compra de equipamento de jogo;
- Regularização do adiantamento ao Instituto de Gestão de Tesouraria da Segurança Social, por conta da transferência da propriedade do edifício da rua das Taipas (sede do Departamento de Jogos) para a Santa Casa. Este saldo sofreu em 1997 uma revalorização através da aplicação dos coeficientes de desvalorização de moeda, sendo que à data de transição o saldo ascendia a 1.466 mil euros. Dado que este saldo tem a natureza de um adiantamento, não cai no âmbito da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e por isso não está sujeito a revalorização. Assim, o saldo adiantado passou a ser reconhecido ao custo histórico, no montante de 203,5 mil euros;
- Reavaliações, ao justo valor na data da transição, dos equipamentos utilizados pelos mediadores, de equipamento informático, de equipamento específico da actividade, de sinalética e restante equipamento de valor superior a mil euros;
- Fundo de pensões – registaram-se os efeitos contabilísticos produzidos pela adopção da NCRF 28 – Benefícios aos empregados, ao nível do plano de benefícios definidos, atribuído pela Santa Casa, aos colaboradores da instituição, no valor de 1.266 mil euros.

Passivo

O passivo não corrente cresceu 7,1%, face ao ano anterior. Para este crescimento contribuiu, sobretudo, o aumento da provisão para pagamento de prémios por reclamações do Euromilhões, no montante de 4.417 mil euros, ou seja mais 17,4%.

O passivo corrente decresceu 5,8%, relativamente ao ano anterior, sendo essencialmente justificado por:

- Decréscimo (-17,5%) nos prémios a pagar, dado que em 2009 transitaram valores acumulados, resultantes de 13 *jackpot's* consecutivos no Loto2. No final de 2010 a acumulação de *jackpot's* não era tão significativa;
- Diminuição (- 7,9%) nos outros credores, sendo devida essencialmente à redução do valor dos duodécimos a pagar aos beneficiários dos lucros dos Jogos Sociais;
- Acréscimo 143,8% nos credores por acréscimos de gastos, resultante do aumento do valor da especialização dos prémios da Lotaria Instantânea. É de referir que este jogo apresentou um crescimento de 94,0% nos rendimentos brutos.



Distribuição dos Resultados pelos Beneficiários dos Jogos Sociais

A distribuição aos beneficiários foi efectuada de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente com o Decreto-Lei nº. 56/2006, de 15 de Março.

		(mil euros)		
BENEFICIÁRIOS		2010	2009	Δ (%)
Ministério da Administração Interna - MAI - 3,8%	Associação de Bombeiros Voluntários - MAI	11.714	13.521	
	Ministério Administração Interna (Riscos Sociais)	1.255	1.449	
	Ministério Administração Interna (PED)	2.929	3.380	
Sub-Total Ministério Administração Interna		15.898	18.349	-13,4
Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público		11.714	13.521	-13,4
Presidência do Conselho de Ministros - 9,9%	PCM - IDP (Actividades Desportivas)	32.633	37.664	
	PCM - IPJ (Fomento de actividades e infra-estruturas juvenis)	6.276	7.243	
	PCM - IDP (Futebol)	2.510	2.897	
Sub-Total Presidência Conselho de Ministros		41.419	47.805	-13,4
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) - 34,8%	IGFSS (Desenv. programas, medidas e projectos apoio - A. Social)	54.389	62.774	
	IGFSS (Cobertura despesas de ISS com Acção Social)	38.909	44.908	
	IGFSS (Apoio para Acção Social FSS - IPSS)	11.714	13.521	
	IGFSS (Prevenção, reabilitação e apoio a def. graves e profundos)	10.459	12.072	
	IGFSS (Combate à pobreza e exclusão social)	9.623	11.106	
	IGFSS (Projectos especiais de apoio a crianças carenciadas e em risco)	7.112	8.209	
	IGFSS (Projectos e acções de auxílio a idosos carenciados)	7.112	8.209	
	INATEL (Turismo social e sénior, organização de tempos livres)	5.020	5.795	
	IGFSS (Medidas e projecto de apoio à família e à criança)	1.255	1.449	
Sub-Total Ministério do trabalho e da Solidariedade Social		145.594	168.041	-13,4
Ministério da Saúde - IGIFS (Acções previstas no PNS - luta contra a SIDA, cancro, etc.)		69.450	80.158	-13,4
Ministério Educação 1,5%	Ministério da Educação (Desporto Escolar)	4.184	4.829	
	Ministério da Educação (Ensino Secundário)	2.092	2.414	
Sub-Total Ministério da Educação		6.276	7.243	-13,4
Ministério da Cultura - Fundo de Fomento Cultural		9.204	10.623	-13,4
Instituto de Desporto da Madeira (Apoio ao desporto escolar e respectivas infra-estrut)		837	966	-13,4
Instituto de Desporto dos Açores (Apoio ao desporto escolar e respectivas infra-estrut)		837	966	-13,4
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		117.145	135.206	-13,4
SUB-TOTAL DOS RESULTADOS A DISTRIBUIR		418.373	482.877	-13,4
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		4.544	5.064	-10,3
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (a)		10.212	11.878	-14,0
TOTAIS		433.130	499.819	-13,3

(a) Estão incluídos neste montante os prémios caducados do Lotaria Nacional e Euromilhões (9.123 milhares de euros), 4,7% do Resultado do DJ da Lotaria Nacional e 0,225% do capital emitido destas Lotarias (1.041 milhares de euros) e Coimas - Lei n.º 30/2006 (47 milhares de euros).



Indicadores

Indicadores económicos

Indicadores	(mil euros)						
	Lotaria Nacional	Lotaria Instantânea	Totobola	Totoloto Loto2	Joker	Euromilhões	Total
Rendimentos brutos por jogo	101.380	105.557	10.427	192.808	88.831	883.298	1.382.302
Total dos rendimentos	15.551	23.387	3.161	68.511	32.949	370.585	514.145
Total dos gastos	9.760	12.341	1.078	8.892	4.701	43.970	80.743
Resultado líquido do período	5.791	11.046	2.083	59.620	28.247	326.615	433.402
Fundo renovação do equipamento	0	0	104	136	0	32	272
Resultado do Departamento de Jogos	5.791	11.046	1.979	59.484	28.247	326.583	433.130
(%)							
Resultado do Dep. de Jogos / Total dos rendimentos	37,2%	47,2%	62,6%	86,8%	85,7%	88,1%	84,2%
Resultado do Dep. de Jogos / Rendimentos brutos por jogo	5,7%	10,5%	19,0%	30,9%	31,8%	37,0%	31,3%

Rendimentos brutos dos Jogos Sociais – per capita

Jogos	(euros / per capita)	
	2010	2009
Totobola	1,0	0,9
Totoloto	10,1	9,8
Loto2	8,0	7,5
Joker	8,4	6,2
Euromilhões	83,0	91,6
Lotaria Clássica	6,4	6,0
Lotaria Popular	3,1	2,5
Lotaria Instantânea	9,9	5,1
Total	129,9	129,6

População, Fonte: Eurostat

Rendimentos brutos do Euromilhões – per capita

Países	(euros / per capita)	
	2010	2009
Bélgica	32,3	31,7
Reino Unido	16,6	15,8
França	17,5	16,7
Irlanda	22,3	23,3
Portugal	83,0	91,6
Espanha	23,2	22,4
Luxemburgo	62,7	67,0
Áustria	22,0	22,4
Suíça	34,4	36,6
Total	23,4	23,4

População, Fonte: Eurostat

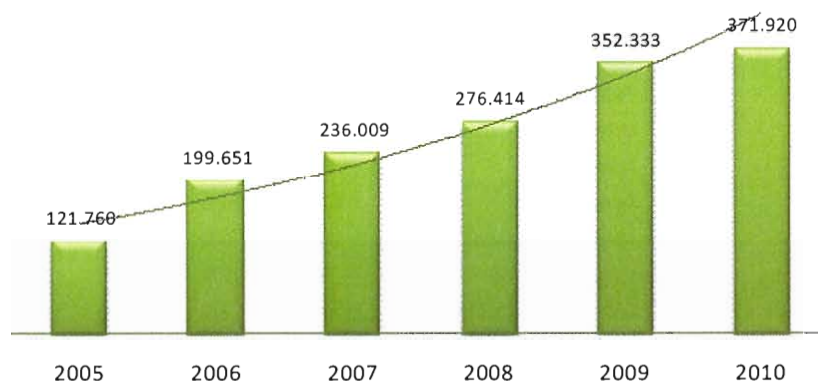
Rendimentos brutos dos Jogos Sociais por tipo de canal

(euros)

Jogos	Canal tradicional	Internet	SMS	Total
Totobola	9.885.556,40	541.889,10	0,00	10.427.445,50
Totoloto	101.365.656,00	5.804.310,50	10.186,50	107.180.153,00
Loto2	80.842.616,00	4.777.292,50	8.155,00	85.628.063,50
Joker	85.897.389,00	2.927.477,00	5.820,00	88.830.686,00
Euromilhões	848.473.760,00	34.744.328,00	79.668,00	883.297.756,00
Lotaria Clássica	67.550.761,95	1.007.020,00	1.420,00	68.559.201,95
Lotaria Popular	32.216.369,81	604.109,00	621,00	32.821.099,81
Lotaria Instantânea	105.557.360,40	0,00	0,00	105.557.360,40
Total	1.331.789.469,56	50.406.426,10	105.870,50	1.382.301.766,16

Decorrente das diversas acções desenvolvidas ao longo de 2010, no Portal dos Jogos Santa Casa, registou-se um crescimento de 5,6% de utilizadores.

Utilizadores registados no Portal dos Jogos Santa Casa




Prémios superiores a 5 mil euros escrutinados em 2010

Intervalo (euros)	≥ 5.000 < 1.000.000	≥ 1.000.000
Euromilhões	751	5
Totoloto	101	14
Loto2	74	9
Joker	874	11
Totobola	111	0
Lotaria Clássica	287	0
Lotaria Popular	121	0
Lotaria Instantânea	117	0
Totais	2.436	39

Prémios superiores a 1 milhão de euros escrutinados em 2010

(euros)				
Concurso	Data	Tipo jogo	Distrito	Valor
1	02-01-2010	Totoloto	Lisboa	1.000.000
	03-01-2010	Joker	Faro	1.765.040
4	24-01-2010	Totoloto	Viseu	2.183.588
5	31-01-2010	Loto 2	Braga	8.988.645
6	07-02-2010	Joker	Porto	3.440.342
8	21-02-2010	Loto 2	Funchal	1.814.337
10	07-03-2010	Totoloto	Lisboa	3.039.162
12	21-03-2010	Joker	Setúbal	3.397.052
13	28-03-2010	Loto 2	Porto	2.557.544
15	11-04-2010	Totoloto	Setúbal	2.932.553
	11-04-2010	Loto 2	Lisboa	1.001.418
16	18-04-2010	Loto 2	Porto	1.000.003
20	16-05-2010	Totoloto	Porto	2.892.583
21	23-05-2010	Loto 2	Porto	2.465.841
23	04-06-2010	Euromilhões	Lisboa	17.764.166
	06-06-2010	Totoloto	Braga	1.439.151
	06-06-2010	Joker	Lisboa	5.302.341
25	20-06-2010	Totoloto	Faro	1.440.928
28	11-07-2010	Totoloto	Aveiro	1.882.603
32	08-08-2010	Joker	Viseu	3.834.155
33	13-08-2010	Euromilhões	Portal	7.331.827
	15-08-2010	Totoloto	Aveiro	2.842.432
37	12-09-2010	Totoloto	Lisboa	1.254.962
	12-09-2010	Totoloto	Lisboa	1.253.256
38	19-09-2010	Joker	Porto	1.480.738
	19-09-2010	Joker	Portalegre	1.480.738
39	24-09-2010	Euromilhões	Aveiro	14.337.323
	24-09-2010	Euromilhões	Aveiro	14.337.323
40	03-10-2010	Totoloto	Beja	2.042.532
41	10-10-2010	Joker	Portalegre	1.602.065
42	17-10-2010	Loto 2	Beja	8.640.289
44	31-10-2010	Totoloto	Lisboa	2.473.258
	31-10-2010	Loto 2	Lisboa	1.376.351
45	07-11-2010	Loto 2	Lisboa	1.000.000
46	14-11-2010	Joker	Lisboa	1.115.144
	14-11-2010	Joker	Lisboa	1.115.144
48	26-11-2010	Euromilhões	Funchal	45.349.783
	28-11-2010	Totoloto	Setúbal	2.371.587
52	26-12-2010	Joker	Setúbal	2.694.673
Total	39 Prémios atribuídos			184.240.879



Bilhetes/Fracções da Lotaria Nacional

	2010	2009	Δ
Lotaria Clássica			
Rendimentos brutos (1)	68.559.202 €	63.729.168 €	7,6%
Capital emitido (2)	268.500.000 €	259.500.000 €	3,5%
Taxa de colocação (3)=(1)/(2)	25,5%	24,6%	1,0 p.p.
Número de fracções vendidas	9.157.489	8.495.251	7,8%
Lotaria Popular			
Rendimentos brutos (1)	32.821.100 €	27.017.669 €	21,5%
Capital emitido (2)	73.200.000 €	73.200.000 €	0,0%
Taxa de colocação (3)=(1)/(2)	44,8%	36,9%	7,9 p.p.
Número de bilhetes vendidos	14.139.209	11.621.075	21,7%

Fruto da implementação do projecto de desmaterialização da Lotaria Nacional e respondendo ao objectivo de crescimento da rede de mediadores com venda física de bilhetes de Lotaria Nacional, verificou-se em 2010 um crescimento significativo deste jogo. É de salientar, que em 2010 conseguiu-se inverter a tendência negativa da procura, registada nos últimos anos.

Bilhetes vendidos da Lotaria Instantânea

	(euros)		
Preço unitário	2010	2009	Δ
1,00	72.796.080	46.480.906	56,6%
1,50	393.666	477.360	-17,5%
2,00	13.086.013	3.613.400	262,2%
3,00	1.999.585	-	-
Total	88.275.344	50.571.666	74,6%

Esta lotaria registou, em 2010, um significativo aumento nas suas vendas +94%, que reflecte o crescimento de 74,6% nos bilhetes vendidos. Este acréscimo deveu-se, essencialmente, ao lançamento da marca “Raspadinha” em Março de 2010, ao forte investimento publicitário e ao lançamento dos jogos “Preço Certo” e “Raspadinha Feliz Natal”.

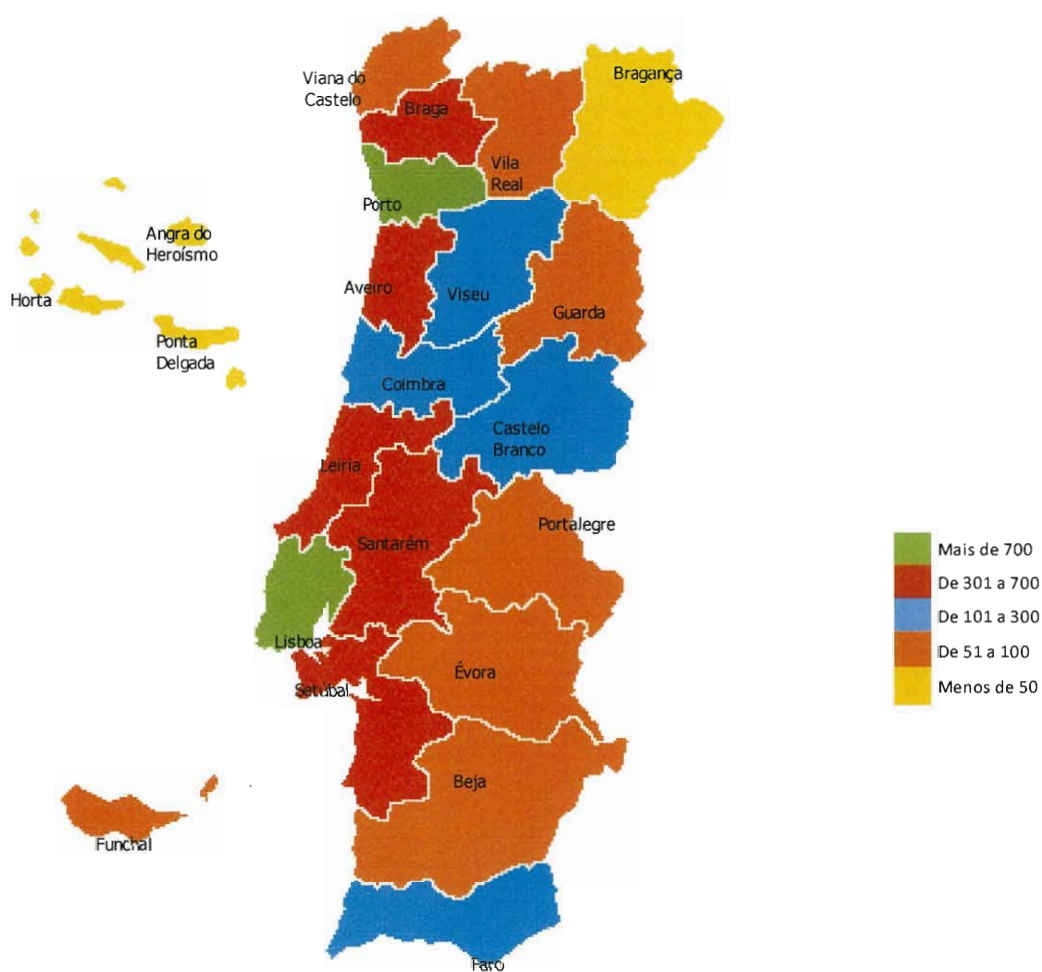
Registos de Apostas Mútuas

Jogos	2010	2009	Δ
Totobola	3.111.657	2.945.300	5,6%
Totaloto	40.187.002	42.966.950	-6,5%
Loto2	33.514.339	34.839.786	-3,8%
Joker	88.830.686	70.336.108	26,3%
Euromilhões	159.821.084	172.052.288	-7,1%

Contact-center

Jogos Santa Casa	2010	2009	Δ
Chamadas recebidas	141.396	129.080	9,5%
Chamadas atendidas	133.552	117.087	14,1%
Chamadas não atendidas	7.844	11.992	-34,6%
Tempo médio espera	0:00:26	0:00:41	-35,8%

Rede de mediadores



Jogos	2010	2009	Δ
Lotaria Nacional	4.352	1.240	251,0%
Lotaria Instantânea	4.344	4.210	3,2%
Apostas Mútuas	4.352	4.251	2,4%

Handwritten signature



PARTE 2
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



Balanço

(euros)			
31 de Dezembro			
	Nota	2010	2009
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	5.829.761	7.373.834
Activos intangíveis	7	2.659.496	3.920.259
Participações financeiras - outros métodos	8	19.600	19.600
Outros activos financeiros	9	75.989.253	73.189.347
		84.498.110	84.503.040
Corrente			
Inventários	10	913.985	1.151.401
Mediadores	11	34.773.205	31.739.953
Adiantamentos a fornecedores		1.274	5.604
Estado e outros entes públicos	12	5.439	170.016
Outras contas a receber	19, 33	21.677.897	19.806.768
Diferimentos	14	1.318.829	1.323.052
Outros activos financeiros	4	33.750.000	55.700.000
Caixa e depósitos bancários	4	58.774.548	48.741.436
		151.215.178	158.638.229
Total do activo		235.713.289	243.141.269
Capital próprio			
Capital próprio			
Fundo social	15	181.277	181.277
Resultados transitados	2,16	5.219.351	8.851.173
Outras variações no capital próprio	17	40.490.192	40.860.294
		45.890.820	49.892.745
Resultado líquido do período	2	433.402.037	496.990.082
Resultado distribuído aos Beneficiários	16	(433.129.759)	(499.819.334)
Resultados inerentes à constituição dos Fundos	17	(272.279)	(802.638)
Total do capital próprio		45.890.820	46.260.855
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	30.975.506	26.848.095
Prémios a Pagar	21	4.688.293	6.451.393
		35.663.799	33.299.488
Corrente			
Fornecedores	20	8.760.047	8.083.853
Estado e outros entes públicos	12	6.219.609	5.637.561
Prémios a pagar	21	22.333.845	27.081.234
Outras contas a pagar	22,33	106.295.084	106.869.531
Diferimentos	23	10.550.084	15.908.747
		154.158.670	163.580.926
Total do passivo		189.822.469	196.880.414
Total do capital próprio e do passivo		235.713.289	243.141.269

A Directora Financeira

(Maria Teresa de Freitas Glória Nunes Grácio)

Os Administradores Executivos

(José Pires Antunes)

(António Jorge Martins Barata)

As notas das páginas 52 a 107 constituem parte integrante das demonstrações financeiras apresentadas.

Demonstração dos resultados por naturezas

(euros)			
	Nota	Exercício	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	24	496.590.237	561.282.220
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(4.663.406)	(3.652.457)
Fornecimentos e serviços externos	26,33	(59.133.386)	(58.912.344)
Gastos com o pessoal	27	(7.214.411)	(8.663.023)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	(108.907)	(112.436)
Provisões (aumentos/ reduções)	18	(4.695.790)	(4.828.609)
Aumentos/ reduções de justo valor	9	5.751	1.675
Outros rendimentos e ganhos	28	15.271.984	17.299.671
Outros gastos e perdas	29	(1.463.057)	(1.367.961)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		434.589.016	501.046.737
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização		(3.135.307)	(7.174.752)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		431.453.709	493.871.985
Juros e rendimentos similares obtidos	30	2.276.579	3.201.577
Juros e gastos similares suportados	30	(328.250)	(83.480)
Resultado líquido do período		433.402.037	496.990.082

A Directora Financeira

(Maria Teresa de Freitas Glória Nunes Grácio)

Os Administradores Executivos

(José Pires Antunes)

(António Jorge Martins Barata)

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	(euros)				
	Fundo social	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2009	181.277	550.202	-	-	731.479
Alterações no período					
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		8.557.555	48.680.111	(3.631.890)	53.605.776
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(256.584)	(7.819.816)	-	(8.076.400)
	-	8.300.971	40.860.294	(3.631.890)	45.529.376
Resultado líquido do período - antes da reexpressão SNC				500.621.972	500.621.972
Resultado Integral	181.277	8.851.173	40.860.294	496.990.082	546.882.827
Operações com detentores de capital no período					
Distribuições				(499.819.334)	(499.819.334)
Outras operações				(802.638)	(802.638)
	-	-	-	(500.621.972)	(500.621.972)
A 31 de Dezembro de 2009	181.277	8.851.173	40.860.294	(3.631.890)	46.260.855
Alterações no período					
Alterações políticas contabilísticas		(3.631.823)	(370.103)	3.631.890	(370.035)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(3.631.823)	(370.103)	3.631.890	(370.035)
	-	(3.631.823)	(370.103)	3.631.890	(370.035)
Resultado líquido do período				433.402.037	433.402.037
Resultado Integral	181.277	5.219.351	40.490.192	433.402.037	479.292.857
Operações com detentores de capital no período					
Distribuições				(433.129.759)	(433.129.759)
Outras operações				(272.279)	(272.279)
	-	-	-	(433.402.037)	(433.402.037)
A 31 de Dezembro de 2010	181.277	5.219.351	40.490.192	-	45.890.820

A Directora Financeira

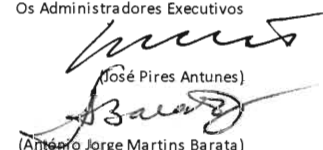
(Maria Teresa de Freitas Glória Nunes Grácio)



Os Administradores Executivos

José Pires Antunes)

(António Jorge Martins Barata)



Demonstração dos fluxos de caixa

(euros)		
Período findo em 31 de Dezembro		
	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de mediadores	1.025.737.086	1.056.561.170
Pagamentos a fornecedores	(54.271.354)	(60.254.829)
Pagamentos ao pessoal	(9.673.624)	(8.193.941)
Caixa gerada pelas operações	961.792.108	988.112.400
Outros recebimentos/ pagamentos		
Rec. Outras Actividades Operacionais		
Estado	-	-
Recebimentos Euromilhões	2.447.654	529.623
Outros recebimentos	325.407	748.786
Pag. Outras Actividades Operacionais		
Estado	(61.775.933)	(63.555.332)
Pagamento de prémios	(463.507.686)	(396.828.283)
Distribuição de resultados aos beneficiários	(444.874.362)	(491.038.745)
Pagamentos Euromilhões	(173.688)	(2.180.851)
Outros Pagamentos	(920.430)	(1.087.418)
Rec./Pagam. SC, HOSA, CMRA e ESSA	(6.934.989)	(30.844.793)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	(13.621.920)	3.855.388
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(160.221)	(284.963)
Activos intangíveis	(171.122)	(44.057)
Investimentos financeiros	(15.572.191)	(9.139.716)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	14.620.494	3.751.361
Juros e rendimentos similares	2.988.180	525.077
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	1.705.140	(5.192.298)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	(108)	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(108)	-
Variação de caixa e seus equivalentes	(11.916.888)	(1.336.909)
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	104.441.436	105.778.345
Caixa e seus equivalentes no fim do período	92.524.548	104.441.436
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	249.246	420.758
Descobertos bancários		
Depósitos bancários	92.275.302	104.020.678
Outras aplicações de tesouraria		
	92.524.548	104.441.436

A Directora Financeira

(Maria Teresa de Freitas Glória Nunes Grácio)

Os Administradores Executivos

(José Pires Antunes)

(António Jorge Martins Barata)

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

O Departamento de Jogos (referido neste documento como “**Departamento de Jogos**” ou “**Entidade**”) integra a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “**Santa Casa**” ou “**Serviços Centrais**”), tal como previsto nos Estatutos desta entidade, publicados como anexo ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro.

O Departamento de Jogos tem a sua operação sediada na Rua das Taipas, n.º.1, Freguesia de São José, Conselho de Lisboa.

Esta Entidade tem como actividade a gestão e exploração de Lotarias, Apostas Mútuas e quaisquer jogos autorizados ou por qualquer forma concedidos à Santa Casa, tendo em vista a obtenção eficaz dos meios necessários à prossecução dos seus fins ou de outros de ordem social, a nível nacional, definidos por lei.

Os jogos actualmente explorados pelo Departamento de Jogos são:

- | | |
|-----------------------|---------------|
| • Lotaria Nacional | • Loto 2 |
| • Lotaria Popular | • Totobola |
| • Lotaria Instantânea | • Joker |
| • Totoloto | • Euromilhões |

No âmbito da concessão o Departamento de Jogos tem atribuídas competências para o exercício das seguintes actividades:

- Elaboração do seu plano de actividades, orçamento e relatório e contas;
- Definição das condições essenciais à habilitação de prémios, a aprovar pela tutela;
- Aprovação dos planos de extracções das lotarias;
- Definição dos regulamentos de jogos, incluindo a fixação do preço de aposta, valor percentual de receita a reservar para prémios, a aprovar pela tutela;
- Definição do número de prémios a vigorar para cada modalidade de jogo social, a aprovar pela tutela;

- f) Estruturação orgânica dos serviços;
- g) Elaboração do regulamento geral de cada jogo social, a aprovar pela tutela;
- h) Determinação das modalidades desportivas a incluir nos concursos de apostas mútuas desportivas;
- i) Definição da rede de postos de venda a estabelecer a nível nacional, regulamentando a sua actividade e fixando as respectivas remunerações pagas pelos jogadores;
- j) Habilitação da Mesa da Santa Casa com as informações e pareceres de Jogos Sociais que venham a ser propostos aos Serviços Centrais;
- k) Apreciação dos processos de contra-ordenação que vierem a ser instaurados quanto à exploração ilícita de Jogos Sociais; e
- l) Apresentação de propostas à Mesa da Santa Casa, quanto a possíveis filiações em organismos internacionais de lotarias e outros Jogos Sociais.

Ao dispor de orçamento e demonstrações financeiras próprias, anexos ao orçamento e demonstrações financeiras da Santa Casa, o Departamento de Jogos não integra as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa.

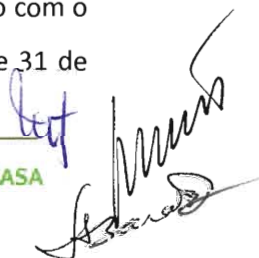
Os Órgãos do Departamento de Jogos encontram-se definidos através do art.º 28º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro, sendo estes o Administrador Executivo e os Júris (concursos, extracções e reclamações). Em 2010 encontram-se nomeados como Administradores Executivos dois Vogais da Mesa da Santa Casa. As referências a “Administrador Executivo”, ao longo deste anexo, referem-se ao órgão social.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 24 de Março de 2011. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do Departamento de Jogos, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 1 de Janeiro de 2010, tendo sido preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos de 31 de



Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade, também referido neste documento como “POC”). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas para o normativo SNC foram alterados alguns dos critérios de contabilização e mensuração aplicados nas demonstrações financeiras de 2010, de modo a que os mesmos se apresentem em conformidade com o normativo SNC. Desta forma, os valores comparativos relativos ao período de 2009 foram reexpressos para reflectir estes ajustamentos. A reconciliação e descrição dos impactos da transição do normativo anterior para o normativo SNC no Capital próprio, Resultados do período e Fluxos de caixa são apresentados na **Nota 2.4**.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pelo Departamento de Jogos, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas nas melhores experiências e nas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 5.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

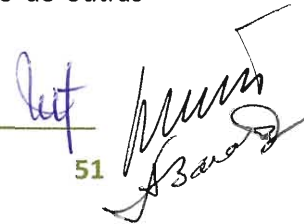
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF

O Departamento de Jogos adoptou as NCRF, emitidas e em vigor à data de 1 de Janeiro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados.

A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, tendo o Departamento de Jogos preparado o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e excepções à aplicação de outras



normas existentes, conforme previsto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (referida neste documento como “NCRF 3”).

A NCRF 3 permite isenções, em particular no que se refere à aplicação retrospectiva, relativamente ao tratamento preconizado por outras normas do SNC, tendo o Departamento de Jogos optado pela aplicação das seguintes isenções, à data da transição para o normativo SNC:

a) Valorização dos activos fixos tangíveis

- i) À data da transição o Departamento de Jogos pode optar por mensurar os activos fixos tangíveis ao “custo considerado”, o qual pode resultar da mensuração ao justo valor à data da transição ou de acordo com reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior.
- ii) Assim, na data da transição o Departamento de Jogos optou por mensurar ao justo valor:
(a) os terminais de jogo, de acordo com o método do custo de reposição; (b) as viaturas de transporte de jogo, ao valor de mercado; (c) o sistema *on-line* e equipamento informático, ao valor estimado de mercado; (d) o equipamento específico da actividade, a sinalética e restante equipamento, de valor superior a mil euros, ao valor estimado de mercado.
- iii) Para os restantes activos fixos tangíveis os critérios de reconhecimento, valorização e depreciação adoptados no normativo contabilístico anterior foram considerados equiparáveis aos do modelo do custo histórico nas NCRFs, pelo que não foram sujeitos a ajustamento.

b) Reconciliação dos ajustamentos de transição para o SNC

Em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF teve o seguinte efeito nos capitais próprios:

Reconciliação do Capital Próprio

O montante total de ajustamento à data de transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras individuais decorrente da conversão para o normativo SNC. Estes ajustamentos encontram-se reconhecidos em Resultados transitados.

(euros)			
	Ajustamentos/ Regularizações	01-01-2009	31-12-2009
Capital próprio POC		731.479	731.479
Reclassificação / Regularização de Amortizações Acumuladas	a)	(256.584)	(256.584)
Revalorização Activo Fixo Tangível e Activo Intangível	1	10.037.367	7.761.017
Justo valor das viaturas comerciais	2	19.000	15.000
Valorização "ouro" ao justo valor	3	4.492	6.167
Anulação inventários "Ordens pagamento"	4	(2.999)	(430)
Correcção Adiantamento ao IGF (Rua das Taipas)	5	(1.262.228)	(1.262.228)
Desconto do saldo a receber da Casa da Sorte	6	-	(81.259)
Desreconhecimento custos diferidos - economato	7	(107.910)	(115.966)
Anulação provisão "Totogolo"	8	74.820	74.820
Ajustamento responsabilidades plano pensões	9	(204.987)	(1.471.455)
Reclassificação fundos <i>on-line</i> similar a Subsídio	10	48.680.111	40.860.294
Capital próprio SNC		57.712.561	46.260.855

Para o período de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com o normativo SNC originou um impacto nos resultados líquidos conforme segue:

Reconciliação do Resultado Líquido

(euros)		
	Ajustamento	2009
Resultado líquido POC		500.621.972
Revalorização Activo Fixo Tangível e Activo Intangível	1	(2.276.350)
Justo valor das viaturas comerciais	2	(4.000)
Valorização "ouro" ao justo valor	3	1.675
Anulação inventários "Ordens pagamento"	4	2.568
Desconto do saldo a receber da Casa da Sorte	6	(81.259)
Desreconhecimento custos diferidos - economato	7	(8.056)
Ajustamento responsabilidades plano pensões	9	(1.266.469)
Resultado líquido SNC		496.990.082

c) Alterações à Demonstração dos fluxos de caixa

Para o período de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com o normativo SNC originou um impacto no valor de menos 2.592.825 euros nas disponibilidades constantes do Balanço, as quais passaram a incluir o montante de ordens de pagamento de prémios emitidas e em circulação.

Regularização a) – Foram detectados alguns equipamentos básicos com prazo de vida útil concluído mas cujas amortizações não foram reconhecidas. Procedeu-se a este registo.

d) Detalhe dos ajustamentos

Os ajustamentos atrás referidos na reconciliação do capital próprio e do resultado líquido, resultam das diferenças quantitativas identificadas entre o normativo POC e o SNC, as quais podem ser resumidas, como segue:

Ajustamento 1 – Os equipamentos utilizados pelos mediadores na exploração dos pontos de venda dos Jogos Sociais (terminais “Altura”, incluindo *display*), assim como as impressoras complementares (impressão de talões de aposta) foram valorizados ao justo valor na data da transição, conforme permitido pela isenção da NCRF 3, de acordo com o método do custo de reposição, dadas as especificidades dos equipamentos em avaliação. Foi valorizado pelo método do valor estimado de mercado o equipamento informático, o equipamento específico da actividade, sinalética e restante equipamento de valor superior a mil euros;

Ajustamento 2 – As viaturas comerciais que integram a frota de distribuição de jogo, e que se encontravam integralmente depreciadas à data de transição, foram mensuradas ao justo valor, conforme permitido pela NCRF 3, com base nas cotações de mercado a essa data. A estas viaturas foi atribuída uma vida útil remanescente, à data de transição, de 5 anos;

Ajustamento 3 – Os activos financeiros do Departamento de Jogos incluem barras de ouro que por possuírem cotação de mercado, passaram a ser mensuradas ao justo valor na data da transição para o novo normativo;

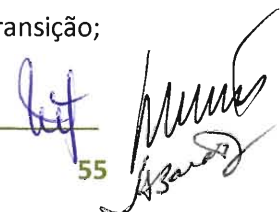
Ajustamento 4 – No âmbito do normativo POC o Departamento de Jogos contabilizava os custos incorridos com a aquisição de ordens de pagamento, “cheques de jogo” emitidos aos apostadores com apostas premiadas superiores a 5.000 euros para descontar nos seus bancos, como inventários. De acordo com a NCRF 18 – Inventários, tais dispêndios não qualificam como inventários tendo estas sido desreconhecidas à data da transição, assim como à data de balanço do primeiro período comparativo em normativo SNC;

Ajustamento 5 – O Departamento de Jogos detém a seu favor um adiantamento sobre o Instituto de Gestão de Tesouraria da Segurança Social (também referido neste documento como “IGF”), efectuado por conta da transferência da propriedade do edifício da Rua das Taipas (sede do Departamento de Jogos) para a Santa Casa. Este saldo sofreu em 1997 uma revalorização através da aplicação dos coeficientes de desvalorização de moeda, sendo que à data de transição o saldo ascendia a 1.465.738 euros. Dado que este saldo tem a natureza de um adiantamento, não cai no âmbito da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e por isso não está sujeito a revalorização. Assim, o saldo adiantado passou a ser reconhecido ao custo histórico, 203.510 euros, resultando num ajustamento de transição;

Ajustamento 6 – Foi acordado um plano de pagamentos entre o Departamento de Jogos e a Casa da Sorte (um dos principais mediadores dos Jogos Sociais) no âmbito de valores significativos vencidos, a produzir efeitos desde Março de 2009 (última prestação devida em Dezembro de 2010). Uma vez que as condições de recebimento não são comparáveis às condições habituais de negócio, os saldos para os quais foram acordados pagamentos diferidos no tempo foram descontados à taxa *Euribor* a 3 meses (última taxa observada no último dia do mês a que respeita), acrescida de um *spread* de risco de 3%, à data de balanço do primeiro período comparativo;

Ajustamento 7 - O Departamento de Jogos tinha por procedimento, enquanto adoptante do normativo POC, a contabilização de encargos com aquisições de material de economato e outros materiais de consumo interno como inventários. Tais bens não se encontram enquadrados nos critérios de reconhecimento de inventários da NCRF 18 – Inventários pelo que se procedeu ao seu desreconhecimento à data de transição, assim como à data de balanço do primeiro período comparativo em normativo SNC;

Ajustamento 8 – Como entidade responsável pela exploração dos Jogos Sociais, o Departamento de Jogos deve obedecer a legislação específica emitida com o fim de regular esta actividade. Nesse âmbito o Departamento de Jogos era obrigado a cativar 0,5% das receitas do jogo “Totogolo” para um Fundo de pagamento de prémios, com o limite máximo de 74.819 euros (enquadramento contido no Decreto-Lei n.º 225/98, de 17 de Julho). Como este jogo social encontra-se suspenso a título indefinido (data de transição), e uma vez que não é expectável a ocorrência de ex-fluxos monetários por conta do pagamento de prémios não reclamados, este saldo não cumpre com os critérios de reconhecimento de provisões da NCRF 21 – Provisões, passivos contingentes e activos contingentes, tendo sido desreconhecido na data de transição;



Ajustamento 9 – Este ajustamento reflecte os efeitos contabilísticos produzidos pela adopção da NCRF 28 – Benefícios aos Empregados, ao nível do plano de benefícios definidos atribuído pela Santa Casa aos colaboradores da instituição;

Ajustamento 10 - Enquanto entidade responsável pela exploração dos Jogos Sociais, o Departamento de Jogos deve obedecer a legislação específica com vista à regulação dos Jogos Sociais. Neste âmbito, o Departamento de Jogos deverá cativar uma percentagem das receitas geradas anualmente pelos Jogos Sociais para a constituição de um Fundo de renovação de equipamento, o qual é regularizado por contrapartida das amortizações dos bens adquiridos com recurso aos mesmos fundos. Estes saldos podem ser equiparáveis a um subsídio, dado que se traduzem efectivamente em importâncias “abdicadas” pelos beneficiários dos Jogos Sociais para financiar a compra de equipamento de jogo, sendo que o Departamento de Jogos reclassificou estes saldos para Capitais Próprios, em conformidade com as disposições da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do Governo e divulgações de apoios do Governo.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Santa Casa.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Juros e rendimentos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados” se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” para todos os outros saldos e transacções, reconhecidos na demonstração dos resultados.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de moeda estrangeira

Moeda	2010	2009
USD	1,3362	1,4406
CHF	1,2504	1,4836
GBP	0,8608	0,8881

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o montante da valorização, descrito na nota 2.4 determinado à data de transição para NCRF, e o custo de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

O Departamento de Jogos apenas capitaliza activos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 1.000 euros, excepto quanto aos activos que tenham a mesma natureza, sejam adquiridos para instalar na mesma localização, e que de forma agregada excedam esse montante.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Activos Fixos Tangíveis	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 12 anos
Equipamento de transporte	Entre 7 a 10 anos
Equipamento Informático	Entre 1 a 14 anos
Sinalética	Entre 5 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 4 a 12 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (ver política 3.4).

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Activos intangíveis

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende o seu preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

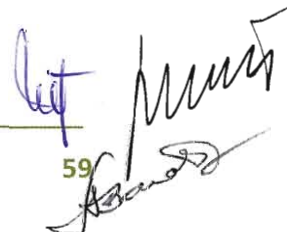
Os activos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para o Departamento de Jogos e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso do Departamento de Jogos, os activos que se enquadram nestas definições correspondem:

- i) aos programas de computador (*software*) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e acessórias;
- ii) aos custos incorridos com o desenvolvimento do portal de Jogos, através do qual funciona o sistema de apostas *on-line* para os apostadores dos Jogos Sociais; e
- iii) a todos os gastos de desenvolvimento interno de aplicações informáticas desenhadas em função das necessidades particulares do Departamento de Jogos, desde que cumpridas as seguintes condições, cumulativamente:
 - a) A aplicação informática em desenvolvimento é avaliada como tecnicamente viável e será concluída;
 - b) Existe uma intenção expressa do Departamento de Jogos de utilizar a aplicação informática que resultar do projecto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
 - c) Está demonstrado que a utilização da aplicação financeira gera benefícios para as operações do Departamento de Jogos;
 - d) Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projecto; e
 - e) O sistema interno de imputação de custos aos projectos permite a correcta mensuração dos custos de desenvolvimento da aplicação.

Sempre que um projecto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os custos incorridos são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

O Departamento de Jogos valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.



Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os activos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Activos Intangíveis	Anos
Programas de computador	Entre 1 a 6 anos

O Departamento de Jogos determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo, os quais são revistos quanto à sua razoabilidade anualmente.

3.4. Imparidade de activos não financeiros

O Departamento de Jogos realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, o Departamento de Jogos regista a respectiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente.

Os activos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Activos financeiros

Determina-se a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

O Departamento de Jogos avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, o Departamento de Jogos reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Compensação de saldos

A compensação de activos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efectuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efectuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o activo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

3.7. Inventários

Os inventários do Departamento de Jogos compreendem bilhetes de Jogos Sociais de Apostas Mútuas e Lotaria Instantânea, e ainda rolos de papel térmico utilizados para o registo das apostas, pelos mediadores (bens essenciais ao funcionamento do equipamento do sistema de jogo *on-line*) e material tipográfico e informático para impressão de jogo.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

3.8. Mediadores e Outras contas a receber

As rubricas de Mediadores e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

As receitas de Apostas Mútuas são usualmente entregues pelos mediadores até uma semana após o sorteio, as entregas de receitas do jogo físico de Lotaria Nacional, para mediadores com garantia bancária, são regularizados até 30 dias após a véspera do sorteio, os mediadores sem garantia bancária pagam no acto do levantamento do jogo, a lotaria desmaterializada é paga na quarta-feira da semana seguinte à semana da venda e as receitas de Lotaria Instantânea são cobradas na semana seguinte à recepção da encomenda no terminal “Altura”.

As perdas por imparidade dos Mediadores e Outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de Dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que o valor a receber encontra-se em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Passivos financeiros

Determina-se a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

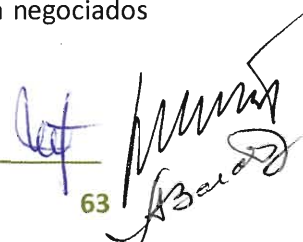
Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.



Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Departamento de Jogos possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

3.13. Benefícios aos empregados

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de “Plano de Pensões”), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

O Departamento de Jogos assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de pré-reformas, até ao seu momento de passagem efectiva à reforma. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do empregado até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 19, o Fundo foi constituído de forma a financiar a quase totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

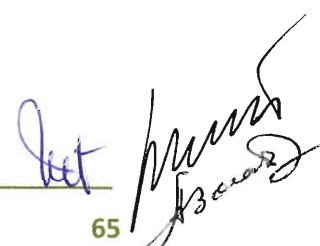
➤ **Plano de Pensões do Departamento de Jogos**

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como “CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80 de 24 de Julho.

O Plano de Pensões atribuído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis ao Departamento de Jogos):

- **Decreto-Lei n.º 247/80** – abrange o pessoal que desde 31 de Julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º.2 do artigo 2º), e que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (artigo 3º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a Santa Casa um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem actualização (n.ºs. 1 e 2 do artigo 6º);
- **Decreto-Lei n.º 94/2000** – abrange os colaboradores do Departamento de Jogos que, até 31 de Dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no artigo 1º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:
 - 1) Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei nº. 498/72, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
 - 2) Quotização à CGA (10% do salário)



Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após Julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- **Pensão de velhice e invalidez** – pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);
- **Pensão de sobrevivência imediata e orfandade** – em caso de morte de colaborador activo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;
- **Pensão de sobrevivência diferida** - em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos de sobrevivência a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da Santa Casa será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, são estimadas anualmente por actuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projectada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos activos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do período em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

➤ **Férias e subsídio de férias**

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Departamento de Jogos tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Departamento de Jogos divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para reclamação e pagamento de prémios

O Departamento de Jogos encontra-se regulado por legislação específica, criada para efeitos de enquadramento e âmbito da actividade de exploração dos Jogos Sociais, a qual se alicerça na obrigatoriedade de constituição de Fundos destinados ao pagamento de prémios por reclamações procedentes. Assim, o Departamento de Jogos deve ter permanentemente reflectido nas suas demonstrações financeiras as obrigações assumidas, actualizando a provisão em função das receitas globais anuais de jogo, com os seguintes limites:

(euros)

Diploma legal	Jogo	2009		2010	
		% de retenções para o fundo	Limite máximo fixado	% de retenções para o fundo	Limite máximo fixado
Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de Mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de Nov. e n.º 258/97, de 30 de Set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de Dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de Jul.	Totoloto	0,5% (a)	423.978	0,5% (a)	423.978
	Totobola	0,5% (a)	74.820	0,5% (a)	74.820
Dec.-Lei n.º 200/2009, de 27 de Ago., regulamentado pela Portaria n.º 973/2009, de 31 de Ago.	Totoloto	12% (b)	Não definido	12% (b)	Não definido
Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de Dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de Jul.	Joker	2% (a)	1.000.000	2% (a)	1.000.000
Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de Ago.	Euromilhões	0,5% (a)	50.000.000	0,5% (a)	50.000.000

(a) O valor retido para constituição e manutenção dos Fundos, incide sobre o montante dos rendimentos brutos.

(b) O valor retido para constituição e manutenção do Fundo para pagamento do 1º Prémio dos lotos, incide sobre o montante destinado para prémios.

Em virtude do jogo Totogolo se encontrar suspenso, foi desreconhecida a provisão constituída para reclamação e pagamento de prémios, no valor de 74.820 euros.

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores. O Departamento de Jogos reconhece esta provisão quando estima que é mais provável do que não que a Empresa tenha de pagar.

3.15. Fundo para pagamento de prémios dos Jogos Sociais Totoloto e Loto 2

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de Agosto e com a publicação da Portaria n.º 973/2009 de 31 de Agosto, o Departamento de Jogos encontra-se obrigado a constituir um Fundo para pagamento de prémios dos sorteios dos Jogos Sociais Totoloto e Loto 2, garantindo o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio. Esta conta é reforçada em função da incidência de uma taxa fixa de 12% sobre os prémios de Totoloto e Loto 2.

3.16. Distribuição de resultados aos beneficiários dos Jogos Sociais

A distribuição de resultados aos beneficiários dos Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que estes são aprovados pela Mesa da Santa Casa. A distribuição de resultados aos beneficiários dos Jogos Sociais é efectuada de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente através do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março.



3.17. Outras variações no Capital Próprio - Subsídios e apoios do Governo

Dada a sua actividade o Departamento de Jogos não recebe subsídios do Governo ou de qualquer entidade similar.

Os Decretos-Lei que regulam a actividade do Departamento de Jogos, os quais determinam relativamente às obrigações de renovação de equipamento de jogo, a cativação de receitas obtidas com os Jogos sociais para o financiamento do investimento futuro em equipamento, antes da distribuição de resultados aos beneficiários. Este requisito visa garantir os meios líquidos ao gestor dos Jogos Sociais, que lhe permitam manter a rede de jogo *on-line* em funcionamento.

O valor das receitas cativado anualmente é regularizado em função das amortizações dos equipamentos de jogo, pelo que assume na substância a natureza de um subsídio ao investimento não reembolsável. O valor das receitas cativado tem um tratamento contabilístico análogo aos subsídios, pelo que é registado na rubrica de “Outras variações no capital próprio – subsídios”.

3.18. Locações

Nas locações consideradas operacionais, únicas a que o Departamento de Jogos recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.19. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.20. Rédito

O rédito do Departamento de Jogos resulta essencialmente da exploração dos Jogos Sociais do Estado, atribuídos pela Tutela, nomeadamente jogos de Apostas Mútuas e Lotarias. O rédito é registado líquido de prémios de jogo, remunerações dos mediadores pagas pelos jogadores, devoluções reconhecidas e imposto do selo sobre apostas.

Apostas de Jogo

Lotaria Clássica e Popular: o rédito é reconhecido no período em que a extracção é realizada. As vendas efectuadas em período anterior ao da realização da extracção são consideradas como “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer”.

Lotaria Instantânea: o rédito é reconhecido em função das vendas efectuadas aos mediadores nos pontos de venda.

Apostas Mútuas: os réditos são reconhecidos na data da realização do concurso. O procedimento é extensivo às apostas mútuas constantes nos registos para cinco semanas.

Todas as receitas de jogo têm origem em Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Prémios de Jogo

Lotaria Clássica e Popular: os prémios de jogo são reconhecidos no momento da extracção. Os prémios que venham a caducar por falta de levantamento após um período de 3 meses são reconhecidos como rendimento do período em que ocorre a caducidade.

Lotaria Instantânea: os prémios são especializados de acordo com a percentagem prevista no regulamento de jogo, tendo este sido especializado em função da média do rácio prémios/vendas, dos últimos quatro anos, arredondada por excesso.

Apostas Mútuas: os prémios são reconhecidos na data de realização do concurso, sendo que o procedimento é extensivo às apostas constantes nos registos para as cinco semanas. A política adoptada para prémios caducados é idêntica à atrás referida para a Lotaria Clássica e Popular.

As percentagens de prémios incidem sobre os rendimentos brutos de Apostas Mútuas, e sobre o capital emitido para as Lotarias:

	2009		2010
	Legislação em vigor até Agosto	Portaria n.º 973/2009 (a partir de Setembro)	
Totobola	55%	60%	60%
Totaloto	50%	55%	55%
Joker	50%	55%	55%
Euromilhões	50%	50%	50%
Lotaria Instantânea	65%	Entre 50% e 70%	Entre 50% e 70%
Lotaria Nacional	65%	70%	70%



Imposto do selo

Com a promulgação do Decreto-lei n.º 175/2009, de 4 de Agosto, com efeitos práticos a 1 de Setembro de 2009, os Jogos Sociais passaram a estar sujeitos a Imposto do Selo, o qual passa a incidir sobre as apostas realizadas à taxa de 4,5%, conforme verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo. O imposto é exigido a quem detém o título do benefício do rendimento, neste caso o Departamento de Jogos, e tratando-se de um imposto cobrado por conta do Estado numa transacção que originou rédito, este é abatido ao rédito dos Jogos Sociais.

Remunerações dos mediadores pagas pelos jogadores

Os mediadores são remunerados pelos jogadores relativamente aos serviços que lhes são prestados, conforme previsto no regulamento dos mediadores (Portaria n.º. 313/2004).

Esta remuneração é realizada mediante a cobrança de uma percentagem sobre o valor das apostas, paga pelos jogadores, de acordo com as tabelas aprovadas pela Mesa da Santa Casa.

O preço final da aposta já inclui esta remuneração.

Jogo Social	2009	2010
Totobola	7%	7%
Totoloto	7%	7%
Loto 2	7%	7%
Joker	7%	7%
Lotaria Clássica	12,7%	12,7%
Lotaria Clássica - Venda <i>on-line</i> (a)	-	7%
Lotaria Popular	12,5%	12,5%
Lotaria Popular - Venda <i>on-line</i> (a)	-	7%
Lotaria Instantânea	10%	10%
Euromilhões	5%	5%

(a) Início a 5 de Outubro de 2010

Outros

O rédito proveniente de activos financeiros é reconhecido através do método da taxa de juro efectiva.

3.21. Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método directo.

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também eventuais descobertos bancários incluídos no balanço, na rubrica de “Financiamento obtido - corrente”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em actividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de mediadores, o pagamento de prémios e de impostos, a distribuição dos resultados aos beneficiários, os pagamentos a fornecedores e ao pessoal.

Os fluxos de caixa incluídos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de activos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de empréstimos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

3.22. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afectem o valor dos activos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.23. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Departamento de Jogos tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.24. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na ausência de uma NCRF de aplicação específica a uma transacção ou a outro evento ocorrido na Empresa, a política de relato financeiro a seguir baseia-se em normas e interpretações que tratem de transacções ou eventos semelhantes e na Estrutura Conceptual.

3.25. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

i) Provisões

O Departamento de Jogos analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

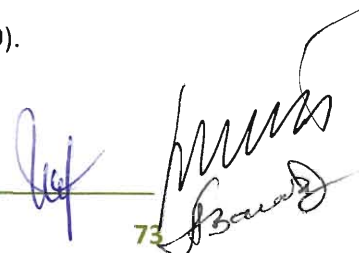
A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, o Departamento de Jogos suporta o seu julgamentos com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (nota 18).

ii) Pressupostos actuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionär significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de actualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os activos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos actuariais terão impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (nota 19).



iii) Activos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os activos no âmbito da actividade (nota 6 e nota 7).

4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O Departamento de Jogos não possui quaisquer montantes de “Caixa e equivalentes de caixa” que estejam sujeitos a restrições de utilização.

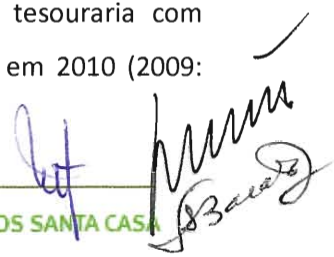
As obrigações assumidas pelo Departamento de Jogos no âmbito da gestão dos Jogos Sociais e no pagamento de prémios estão “fundeadas” na totalidade através de aplicações financeiras a prazo (não correntes), para as quais existem determinações legais quanto à sua movimentação, mas que não constituem “Caixa ou equivalentes de caixa”.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa, apresenta os seguintes valores:

	(euros)	
	2010	2009
Numerário		
- Caixa	249.246	420.758
	249.246	420.758
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	13.475.302	17.370.678
- Depósitos a prazo	45.050.000	30.950.000
- Outros activos financeiros	33.750.000	55.700.000
	92.275.302	104.020.678
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	92.524.548	104.441.436
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total de Caixa e equivalentes de caixa	92.524.548	104.441.436

Em outros activos financeiros encontram-se evidenciadas as aplicações de tesouraria com maturidade entre 90 dias e um ano, com uma rendibilidade média de 5,90% em 2010 (2009: 2,90%).



5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Erros de períodos anteriores

O erro apurado com referência ao período anterior, no montante de 71.323 euros, teve origem na redução da vida útil atribuída às obras no edifício arrendado na cidade do Porto, adequando esta à duração do contrato.

6 Activos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2009 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	(euros)								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento informático	Outro Equipamento	Sinalética	Outros activos fixos tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2009									
Custo de aquisição	2.359.030	47.737.781	541.769	4.983.483	4.356.703	3.507.670	1.066.552	-	64.552.987
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.002.711)	(39.792.350)	(482.736)	(4.293.227)	(3.773.614)	(2.500.955)	(840.983)	-	(52.686.576)
Valor líquido	1.356.319	7.945.431	59.033	690.256	583.088	1.006.715	225.569	-	11.866.412
31 de Dezembro de 2009									
Adições	-	753.163	20.355	68.125	68.702	-	76.760	39.372	1.026.477
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	(2.890)	(126.994)	(27.148)	(459.206)	(1.696.444)	(24.352)	-	(2.337.034)
Perdas de imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	(27.967)	(4.498.921)	(21.931)	(318.985)	(134.714)	(410.487)	(56.106)	-	(5.469.111)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	2.890	126.994	16.100	422.463	1.694.415	24.229	-	2.287.091
Valor líquido	1.328.353	4.199.673	57.457	428.348	480.333	594.199	246.100	39.372	7.373.834
31 de Dezembro de 2009									
Custo de aquisição	2.359.030	48.488.054	435.130	5.024.459	3.966.198	1.811.226	1.118.960	39.372	63.242.430
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.030.678)	(44.288.381)	(377.673)	(4.596.111)	(3.485.865)	(1.217.027)	(872.860)	-	(55.868.596)
Valor líquido	1.328.353	4.199.673	57.457	428.348	480.333	594.199	246.100	39.372	7.373.834

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	(euros)								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Sinalética	Outros activos fixos tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2010									
Custo de aquisição	2.359.030	48.488.054	435.130	5.024.459	3.966.198	1.811.226	1.118.960	39.372	63.242.430
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.030.678)	(44.288.381)	(377.673)	(4.596.111)	(3.485.865)	(1.217.027)	(872.860)	-	(55.868.596)
Valor líquido	1.328.353	4.199.673	57.457	428.348	480.333	594.199	246.100	39.372	7.373.834
31 de Dezembro de 2010									
Adições	-	66.550	-	4.474	26.602	-	5.890	39.372	142.888
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	(6.727.841)	(273.307)	(2.904.019)	(3.062.352)	(16.227)	(574.552)	(78.744)	(13.637.041)
Perdas de imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	(21.845,39)	(1.040.080,81)	(10.416,08)	(263.619,59)	(95.613)	(148.687,21)	(34.132,60)	-	(1.614.395)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	(71.233)	6.727.923	273.307	2.904.054	3.062.814	14.393	653.216	-	13.564.476
Valor líquido	1.235.274	3.226.225	47.040	169.238	411.784	443.678	296.521	-	5.829.761
31 de Dezembro de 2010									
Custo de aquisição	2.359.030	41.826.763	161.823	2.124.914	930.448	1.795.000	550.298	-	49.748.276
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.123.756)	(38.600.538)	(114.782)	(1.955.677)	(518.664)	(1.351.321)	(253.777)	-	(43.918.515)
Valor líquido	1.235.274	3.226.225	47.040	169.238	411.784	443.678	296.521	-	5.829.761

Dos activos registados na classe “Edifícios e outras construções” encontram-se reconhecidos investimentos em obras de beneficiação no edifício sede do Departamento de Jogos, Rua das Taipas nº.1, as quais ascendem a 885.534 euros líquidos (2009: 1.243.371 euros). Esta variação decorre da alteração da vida útil e da desagregação de obras no complexo de S.Roque que se encontravam registadas como obras de beneficiação do edifício sede.

Os valores mais significativos contabilizados como “Equipamento básico” correspondem ao equipamento de jogo instalado nos pontos de venda dos mediadores dos Jogos Sociais, nomeadamente os terminais “Altura” e equipamento de impressão complementar.

Adições

Os aumentos ocorridos na rubrica activos fixos tangíveis no decurso do período de 2010, reflectem 310.888 euros essencialmente provenientes de aquisições de equipamento básico e aquisições em curso (2009: 1.026.477 euros).

Abates

Os abates evidenciados nos activos fixos tangíveis no período de 2010 ascendem a 13.637.041 euros, referentes sobretudo a bens completamente amortizados e de significativa antiguidade (2009: 2.337.034 euros).

Os valores incluídos na rubrica de “Activos em curso” referem-se ao *software* do projecto de desmaterialização da Lotaria Nacional e a uma máquina de formar e fechar caixas, tendo sido transferidos para activos fixos tangíveis e intangíveis no decorrer de 2010.

As depreciações dos bens dos activos fixos tangíveis estão reconhecidas, pela sua totalidade, na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

À data de 31 de Dezembro de 2010 os activos fixos tangíveis em poder de terceiros ascendem a 2.543.678 euros (2009: 3.394.199 euros), os quais correspondem efectivamente a máquinas do sistema de jogo *on-line*, no valor de 2.100.000 euros (2009: 2.800.000 euros) e peças promocionais de sinalética, no valor de 443.678 euros (2009: 594.199 euros).

7 Activos intangíveis

O valor dos activos intangíveis refere-se ao Portal de Jogos e programas informáticos de suporte às actividades operacionais e administrativas do Departamento de Jogos. A evolução registada para os períodos apresentados, é como segue:

	(euros)			
	Propriedade industrial	Programas de computador	Activos em curso	Total
A 1 de Janeiro de 2009				
Custo de aquisição	5.160.644	17.135.769	-	22.296.413
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(3.326.418)	(14.648.397)	-	(17.974.815)
Valor líquido	1.834.226	2.487.372	-	4.321.598
Adições	-	1.604.445	-	1.604.445
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	(1.554.378)	-	-	(1.554.378)
Perdas de imparidade	-	-	-	-
Amortização - período	(715.585)	(990.055)	-	(1.705.640)
Amortização - alienações	-	-	-	-
Amortização - transferências e abates	1.391.083	(136.849)	-	1.254.234
Valor líquido	955.346	2.964.913	-	3.920.259
31 de Dezembro de 2009				
Custo de aquisição	3.606.266	18.740.214	-	22.346.480
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(2.650.920)	(15.775.301)	-	(18.426.221)
Valor líquido	955.346	2.964.913	-	3.920.259
A 1 de Janeiro de 2010				
Custo de aquisição	3.606.266	18.740.214	-	22.346.480
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(2.650.920)	(15.775.301)	-	(18.426.221)
Valor líquido	955.346	2.964.913	-	3.920.259
Adições	-	92.145	168.000	260.145
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	(163.610)	173.009	(168.000)	(158.601)
Perdas de imparidade	-	-	-	-
Amortização - período	(180.700,85)	(1.340.212)	-	(1.520.913)
Amortização - alienações	-	-	-	-
Amortização - transferências e abates	162.858	(4.252)	-	158.607
Valor líquido	773.894	1.885.602	-	2.659.496
31 de Dezembro de 2010				
Custo de aquisição	3.442.657	19.005.367	-	22.448.024
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(2.668.762)	(17.119.765)	-	(19.788.527)
Valor líquido	773.894	1.885.602	-	2.659.496,36

A rubrica programas de computador, criada quando da conversão para o normativo SNC, é composta por *software* e o sistema *on-line*, os quais foram reclassificados a partir de propriedade industrial, equipamento informático e equipamento básico.

8 Participações financeiras - outros métodos

O saldo registado nesta rubrica refere-se à participação de 5,2% no capital social da SLE – Services aux Loteries en Europe, entidade constituída para a gestão do jogo Euromilhões e na qual o Departamento de Jogos participa na condição de *lottery operator* do Jogo Social de Apostas Mútuas Europeu Euromilhões.

Esta participação é reconhecida ao custo de aquisição. A 31 de Dezembro de 2010 o valor de dividendos relativos ao período de 2010 atribuídos ao Departamento de Jogos situava-se nos 2.940 euros (2009: 3.332 euros).

9 Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a rubrica de Outros activos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

	(euros)	
	2010	2009
Fundos obrigatórios	75.972.287	73.178.132
Outros activos financeiros	16.966	11.215
	75.989.253	73.189.347

O saldo de Fundos obrigatórios refere-se maioritariamente aos Fundos constituídos pelo Departamento de Jogos, no âmbito das obrigações assumidas com a atribuição da concessão da exploração dos Jogos Sociais, para reclamações e pagamentos de prémios, e ainda para renovação de equipamento e material.

Os Fundos a manter pelo Departamento de Jogos são constituídos de acordo com as seguintes regras:

(euros)								
Descrição	2009				2010			
	% Receitas	% Prémios	Limite máximo fixado	Legislação aplicável	% Receitas	% Prémios	Limite máximo fixado	Legislação aplicável
Fundos para reclamação e pagamento de prémios								
Totaloto	0,5%	-	423.978	Dec.-Lei n.º 84/85 e Dec.-Lei n.º 387/86	0,5%	-	423.978	Dec.-Lei n.º 84/85 e Dec.-Lei n.º 387/86
Totobola	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 84/85 e Dec.-Lei n.º 387/86	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 84/85 e Dec.-Lei n.º 387/86
Totogolo	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 225/98 (jogo suspenso)	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 225/98 (jogo suspenso)
Joker	2,0%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 412/93 e Dec.-Lei n.º 153/2009	2,0%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 412/93 e Dec.-Lei n.º 153/2009
Euromilhões	0,5%	-	50.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004	0,5%	-	50.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004
Fundos para pagamento do 1º prémio								
Totaloto	-	12,0%	não definido	Dec.-Lei n.º 200/09 e Portaria n.º 973/2009	-	12,0%	não aplicável	Dec.-Lei n.º 200/09 e Portaria n.º 973/2009
Fundos para renovação de equipamento e material								
Totaloto	2,0%	-	24.939.895	Dec.-Lei n.º 84/85, Dec.-Lei n.º 387/86 e Dec.-Lei n.º 153/2000	2,0%	-	24.939.895	Dec.-Lei n.º 84/85 e Dec.-Lei n.º 387/86
Totogolo	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 225/98 (jogo suspenso)	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 225/98 (jogo suspenso)
Totobola	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 84/85 e Dec.-Lei n.º 387/86	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 84/85 e Dec.-Lei n.º 387/86
Euromilhões	1,0%	-	20.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004	1,0%	-	20.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004

O Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de Julho, alargou o âmbito do Fundo de renovação do equipamento e material de forma a dar cobertura à reorganização do Departamento de Jogos, decorrente da implementação do sistema *on-line*. Assim, tais Fundos podem ser utilizados "para suportar quaisquer despesas com a implementação do sistema de registo de apostas em tempo real (sistema *on-line*), nomeadamente as relativas à imagem, agentes, pessoal, renovação das instalações, renovação de material e equipamento, e outros".

O Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de Julho, veio permitir que "a participação no Joker seja realizada em simultâneo com todos os Jogos Sociais do Estado, nomeadamente com o Euromilhões". A republicação do Decreto-Lei n.º 412/93, de 21 de Dezembro pelo Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de Julho, alterou o limite do Fundo para pagamento de prémios do Joker de 997.595,79 euros para 1.000.000 euros.

O Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de Julho, autorizou a constituição de um Fundo que garanta o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio nos sorteios do Totaloto e Loto2, cujo valor inicial foi de 5.000.000 euros por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material. Este valor será reembolsado a partir de 1 de Janeiro de 2012 "à razão de, pelo menos, 0,3% do valor semanal do Fundo para o primeiro prémio nos sorteios do Totaloto, referido no número anterior, até integral pagamento".

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o detalhe dos Fundos obrigatórios constituídos é como segue:

				(euros)
	Fundo para renovação de equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento 1º prémio Lotos	Total
1 de Janeiro de 2009	44.762.572	22.034.793	0	66.797.365
Reforços	802.638	4.873.069	4.453.482	10.129.189
Transferências	(5.000.000)	-	5.000.000	-
Utilizações	(709.923)	-	(3.038.498)	(3.748.421)
31 de Dezembro de 2009	39.855.287	26.907.862	6.414.984	73.178.132
Reforços	272.279	4.416.567	12.725.559	17.414.404
Transferências	-	-	-	-
Utilizações	(168.000)	-	(14.452.249)	(14.620.249)
31 de Dezembro de 2010	39.959.565	31.324.429	4.688.293	75.972.287

Os reforços efectuados em 2009 para o “Fundo de renovação do equipamento e material” dizem respeito aos jogos Totobola e Euromilhões. Os reforços efectuados em 2009 para o “Fundo para reclamação e pagamento de prémios” referem-se ao Euromilhões.

A transferência de 5.000.000 euros do “Fundo de renovação de equipamento e material” para o “Fundo para pagamento do 1º prémio Totoloto” dos sorteios do Totoloto foi realizada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de Julho, conforme referido anteriormente.

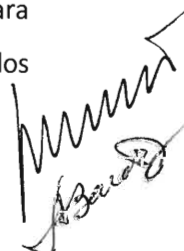
Os “Outros activos financeiros” referem-se a uma barra de ouro detida pelo Departamento de Jogos, a qual se encontra valorizada ao justo valor, sendo que os efeitos de actualização do justo valor para o período de 2010 ascenderam a 5.751 euros (2009: 6.167 euros).

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 é como segue:

	(euros)	
	2010	2009
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	139.681	514.689
Bilhetes "Lotaria Instantânea"	217.574	251.863
Bilhetes "Apostas Mútuas"	264.990	85.220
Papel térmico	291.740	299.629
Imparidade de inventários	-	-
Total inventários	913.985	1.151.401

A 31 de Dezembro de 2009 encontram-se em poder de terceiros as “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” contabilizadas em Balanço, as quais correspondem a facturação de produto semi-acabado (papel térmico) a utilizar nas impressoras *Accutherm 5*, instaladas nos mediadores, para emissão dos talões de jogo, tendo o Departamento de Jogos sido facturado em 2010 pelos “acabamentos”.



A diminuição registada na rubrica de mercadorias de 2009 para 2010, respeita à redução das referidas “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” em poder de terceiros.

O custo dos inventários reconhecido em 2010 como gasto, e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 4.663.406 euros (2009: 3.652.457 euros).

Imparidade de inventários

Não se registaram imparidades de inventários.


11 Mediadores

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a decomposição da rubrica de Mediadores, é como se segue:

(euros)						
	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Mediadores	34.894.799	-	34.894.799	31.821.211	-	31.821.211
Mediadores cobrança duvidosa	958.752	-	958.752	849.845	-	849.845
	35.853.551	-	35.853.551	32.671.056	-	32.671.056
Ajustamentos de mediadores	(958.752)	-	(958.752)	(849.845)	-	(849.845)
Plano pagamentos mediadores	(121.594)	-	(121.594)	(81.259)	-	(81.259)
Total mediadores	34.773.205	-	34.773.205	31.739.953	-	31.739.953

Nesta rubrica encontram-se registados os valores a receber dos mediadores do Departamento de Jogos, referentes às receitas de Apostas Mútuas (Totobola, Totoloto, Loto 2, Euromilhões e Joker), Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular) e Lotaria Instantânea.

Os mediadores mais relevantes são a “Casa da Sorte” e a “Casa Campião”, cujos saldos ascendem a 17.468.305 euros a 31 de Dezembro de 2010 (2009: 18.947.866 euros).



Relativamente à Casa da Sorte foi negociada uma dilação no prazo de pagamento do jogo entregue (em particular a Lotaria Nacional), com vista a apoiar o esforço de expansão de pontos de venda efectuado por esta Entidade. Os saldos a receber a 31 de Dezembro de 2010, referem-se à última renegociação ocorrida em Março de 2010 (prestações mensais a produzir efeitos em Maio de 2010, terminando em Dezembro de 2011). A taxa de desconto inerente a este financiamento corresponde à *Euribor* a 3 meses (taxa de fecho do último dia do mês para o qual a operação produz efeitos), acrescida de um *spread* de risco de 3% em 2009 e 4% em 2010. O efeito de actualização da dívida em função do período decorrido teve um impacto de 40.335 euros em resultados (2009:81.259 euros).

Imparidade de mediadores

	(euros)	
	2010	2009
A 1 de Janeiro	849.845	737.409
Aumentos	108.907	122.081
Utilizações	-	-
Reversões	-	(9.645)
A 31 de Dezembro	958.752	849.845

Detalhe da imparidade por natureza de Jogo Social

	2010			2009		
	Apostas Mútuas	Lotaria Nacional	Lotaria Instantânea	Apostas Mútuas	Lotaria Nacional	Lotaria Instantânea
A 1 de Janeiro	682.859	157.421	9.565	576.779	157.413	3.218
Aumentos	107.378	-	1.529	115.724	9	6.348
Utilizações	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	(9.645)	-	-
A 31 de Dezembro	790.237	157.421	11.094	682.859	157.421	9.565

A variação ocorrida na rubrica de imparidade deveu-se ao aumento dos incumprimentos.



12 Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, os saldos de Estado e outros entes públicos, são como se segue:

	(euros)			
	2010		2009	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS e IRC	-	55.870	168.646	6.708
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	5.439	-	1.370	-
Contribuições p/ segurança social	-	-	-	-
Imposto do selo	-	6.163.739	-	5.630.853
Total	5.439	6.219.609	170.016	5.637.561

O saldo devedor de IVA refere-se a valores a serem reembolsados ao Departamento de Jogos ao abrigo da Lei n.º 52C/96.

O saldo devedor de Imposto s/rendimento – IRS e IRC é referente ao imposto sobre prémios caducados já liquidado e que será regularizado a favor do Departamento de Jogos.

13 Outras contas a receber

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como se segue:

	(euros)					
	2010			2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Pessoal	i) 17.100	-	17.100	8.760	-	8.760
Outras contas a receber						
Euromilhões - Primary Insurance	ii) 5.728.796	-	5.728.796	6.474.443	-	6.474.443
Euromilhões - Pre-deposit amount	iii) 4.399.071	-	4.399.071	5.927.390	-	5.927.390
EM Saldo Inicial - Booster	iv) 3.055.447	-	3.055.447	3.055.447	-	3.055.447
Euromilhões - Mutual Insurance	v) 2.000.000	-	2.000.000	2.000.000	-	2.000.000
Entidades relacionadas	vi) 614.314	-	614.314	472.798	-	472.798
Benefícios de reforma	731.189	-	731.189	-	-	-
Outras	vii) 205.816	-	205.816	206.116	-	206.116
Devedores por acréscimos de rendimentos	viii) 4.926.166	-	4.926.166	1.661.814	-	1.661.814
Ajustamentos	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	21.677.897	-	21.677.897	19.806.768	-	19.806.768

Pessoal

i) As dívidas activas ao pessoal referem-se a adiantamentos sobre ajudas de custo atribuídos a colaboradores do Departamento de Jogos.

Outras contas a receber

- ii) Euromilhões – *Primary Insurance*: Depósito obrigatório a constituir pelas entidades exploradoras do Jogo Euromilhões, junto da entidade financeira que assume a gestão dos activos de exploração do jogo, o qual corresponde a um terço da média de vendas de jogo do último semestre;
- iii) Euromilhões – *Pre-deposit Insurance*: contrapartida financeira assumida pelo Departamento de Jogos enquanto entidade exploradora do jogo Euromilhões. Este depósito, também designado como *Relevant Deposit Amount/ Default Insurance* é calculado em função dos resultados de vendas europeias de Jogo, e das transferências realizadas segundo a afectação de resultados internacional, sendo que o Departamento de Jogos deverá depositar 2,5 vezes da média das transferências dos operadores de lotaria que exploram o jogo Euromilhões, pela proporção das vendas do Departamento de Jogos dentro das 9 entidades europeias. Este saldo é actualizado numa base semestral;
- iv) EM Saldo Inicial – *Booster*: o Departamento de Jogos deve proceder a deduções específicas, para reforço do fundo de reserva para prémios de jogo Euromilhões. Este foi o valor inicial que o Departamento de Jogos depositou junto da entidade financeira que assume a gestão dos activos de exploração do jogo, o qual se encontra segregado dos movimentos de constituição e utilização ocorridos desde 2004, registados na rubrica de “Prémios a pagar”;
- v) Euromilhões – *Mutual Insurance*: Valor de caução entregue pelo Departamento de Jogos como entidade exploradora do jogo Euromilhões, a qual permanecerá retida enquanto o Departamento de Jogos for elemento do sistema de Jogo;
- vi) Entidades relacionadas: saldos de conta-corrente que o Departamento de Jogos mantém com as restantes unidades da Santa Casa, fruto de transacções operacionais;
- vii) O valor de 203.510 euros, incluído no saldo em aberto refere-se a um adiantamento efectuado a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sobre a transmissão do título de propriedade do edifício sede do Departamento de Jogos na Rua das Taipas, situação que continua a ser negociada por ambas as partes.

Devedores por acréscimos de rendimentos

viii) O detalhe de devedores por acréscimos de rendimentos é como segue:

		(euros)	
		2010	2009
Juros a receber	a)	1.516.774	1.576.069
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	b)	3.409.367	85.746
Lotaria Nacional		25	0
Total		4.926.166	1.661.814

- a) Juros a receber: saldo referente à especialização de rendimentos dos Fundos *on-line* (ver Nota 30) e aplicações de tesouraria de curto-prazo;
- b) Outros devedores por acréscimos de rendimentos: especializações várias, das quais se destaca prémios caducados de apostas mútuas.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

14 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de Diferimentos – Gastos a reconhecer os seguintes saldos:

		(euros)	
		2010	2009
Especialização da remuneração dos mediadores pagas p/ jogadores	i)	1.220.468	1.175.238
Seguros		958	3.596
Outros	ii)	97.402	144.217
Gastos a reconhecer		1.318.829	1.323.052

i) Especialização da remuneração dos mediadores pagas pelos jogadores: os valores reconhecidos nesta rubrica respeitam ao diferimento inicial destas remunerações, relativas às apostas cujas vendas são antecipadas.

ii) Outros: nesta rubrica encontram-se registados diversos pré-pagamentos por conta de serviços a obter como: contratos de manutenção, assistência técnica, rendas, entre outros.

[Handwritten signatures and initials]

15 Fundo social

O Departamento de Jogos não possui autonomia jurídica da Santa Casa pelo que não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como “Fundo social” refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

16 Resultados transitados

O impacto negativo em Resultados transitados no período de 2009 resulta dos ajustamentos de transição para o SNC, tal como se encontram referenciados na Nota 2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março, todos os resultados gerados pelo Departamento de Jogos são distribuídos pelos beneficiários dos Jogos Sociais. Aqueles resultados estão sujeitos à retenção do montante exigido para a constituição do Fundo de renovação do equipamento de jogo *on-line*.

O detalhe de aplicação do resultado líquido do período do Departamento de Jogos para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2009 e 2010 é como segue:

	(euros)	
	2010	2009
Resultado distribuído	433.129.759	499.819.334
Variação no resultado apurado pela reexpressão SNC, a distribuir	-	(3.631.890)
Resultado retido (constituição fundos <i>on-line</i>)	272.279	802.638
	433.402.037	496.990.082

O resultado do Departamento de Jogos do período, vai sendo antecipadamente distribuído pelos diversos beneficiários, com base nos resultados mensais (pagamentos a 60 dias na generalidade dos casos), segundo as percentagens constantes no Decreto-Lei n.º 56/2000, de 15 de Março. O resultado apurado pela reexpressão dos resultados líquidos, em SNC, será distribuído em 2011.

A relação de beneficiários é a seguinte:

		(mil euros)		
BENEFICIÁRIOS		2010	2009	Δ (%)
Ministério da Administração Interna - MAI - 3,8%	Associação de Bombeiros Voluntários - MAI	11.714	13.521	
	Ministério Administração Interna (Riscos Sociais)	1.255	1.449	
	Ministério Administração Interna (PED)	2.929	3.380	
	Sub-Total Ministério Administração Interna	15.898	18.349	-13,4
Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público		11.714	13.521	-13,4
Presidência do Conselho de Ministros - 9,9%	PCM - IDP (Actividades Desportivas)	32.633	37.664	
	PCM - IPJ (Fomento de actividades e infra-estruturas juvenis)	6.276	7.243	
	PCM - IDP (Futebol)	2.510	2.897	
	Sub-Total Presidência Conselho de Ministros	41.419	47.805	-13,4
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) - 34,8%	IGFSS (Desenv. programas, medidas e projectos apoio - A. Social)	54.389	62.774	
	IGFSS (Cobertura despesas de ISS com Acção Social)	38.909	44.908	
	IGFSS (Apoio para Acção Social FSS - IPSS)	11.714	13.521	
	IGFSS (Prevenção, reabilitação e apoio a def. graves e profundos)	10.459	12.072	
	IGFSS (Combate à pobreza e exclusão social)	9.623	11.106	
	IGFSS (Projectos especiais de apoio a crianças carenciadas e em risco)	7.112	8.209	
	IGFSS (Projectos e acções de auxílio a idosos carenciados)	7.112	8.209	
	INATEL (Turismo social e sénior, organização de tempos livres)	5.020	5.795	
	IGFSS (Medidas e projecto de apoio à família e à criança)	1.255	1.449	
Sub-Total Ministério do trabalho e da Solidariedade Social		145.594	168.041	-13,4
Ministério da Saúde - IGIFS (Acções previstas no PNS - luta contra a SIDA, cancro, etc.)		69.450	80.158	-13,4
Ministério Educação - 1,5%	Ministério da Educação (Desporto Escolar)	4.184	4.829	
	Ministério da Educação (Ensino Secundário)	2.092	2.414	
	Sub-Total Ministério da Educação	6.276	7.243	-13,4
Ministério da Cultura - Fundo de Fomento Cultural		9.204	10.623	-13,4
Instituto de Desporto da Madeira (Apoio ao desporto escolar e respectivas infra-estrut)		837	966	-13,4
Instituto de Desporto dos Açores (Apoio ao desporto escolar e respectivas infra-estrut)		837	966	-13,4
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		117.145	135.206	-13,4
SUB-TOTAL DOS RESULTADOS A DISTRIBUIR		418.373	482.877	-13,4
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		4.544	5.064	-10,3
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (a)		10.212	11.878	-14,0
TOTAIS		433.130	499.819	-13,3

(a) Estão incluídos neste montante os prémios caducados do Lotaria Nacional e Euromilhões (9.123 milhares de euros), 4,7% do Resultado do DJ da Lotaria Nacional e 0,225% do capital emitido destas Lotarias (1.041 milhares de euros) e Coimas - Lei n.º 30/2006 (47 milhares euros).

17 Outras variações no capital próprio

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010:

Fundos <i>On-line</i>		(euros)
1 de Janeiro de 2009		-
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		48.680.111
Adições/ Reforços		802.638
Regularização por resultados		(3.622.454)
Transferências		(5.000.000)
Alienações		-
31 de Dezembro de 2009		40.860.294
Adições		272.279
Regularização por resultados		(642.381)
Transferências		-
Alienações		-
31 de Dezembro de 2010		40.490.192

A rubrica Fundos *on-line* representa as responsabilidades previstas na legislação aplicável ao Departamento de Jogos, quanto à constituição de Fundos para reestruturação e investimento do sistema e equipamento de jogo *on-line* (ver Nota 9 – Outros activos financeiros).

O valor de adições/ reforços resulta de retenções efectuadas para o Fundo de renovação do sistema *on-line*, cujo âmbito foi alterado através do Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de Julho, sendo valores referentes essencialmente a investimentos efectuados durante o período.

O valor de transferências de 2009 resulta da aplicação das disposições do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de Julho, referente à constituição de um Fundo para o primeiro prémio nos sorteios do Totoloto, com um valor inicial é de 5.000.000 euros, por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material.

O valor de regularização por resultados resulta da compensação de amortizações de equipamento pertencente ao sistema de jogo *on-line*.



18 Provisões

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

(euros)

	Processos judiciais	Pagamentos de prémios				Outras provisões	Total
		Joker	Totobola	Totoloto	Euromilhões		
A 1 de Janeiro de 2009	18.179	997.596	74.820	423.978	20.463.580	41.334	22.019.487
Dotação	-	2.404	-	-	4.870.665	-	4.873.069
Utilização	-	-	-	-	-	-	-
Actualização efeito desconto	-	-	-	-	-	-	-
Reversão	(3.126)	-	-	-	-	(41.334)	(44.460)
A 31 de Dezembro de 2009	15.053	1.000.000	74.820	423.978	25.334.245	-	26.848.095
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	15.053	1.000.000	74.820	423.978	25.334.245	-	26.848.095
	15.053	1.000.000	74.820	423.978	25.334.245	-	26.848.095

(euros)

	Processos judiciais	Pagamentos de prémios				Outras provisões	Total
		Joker	Totobola	Totoloto	Euromilhões		
A 1 de Janeiro de 2010	15.053	1.000.000	74.820	423.978	25.334.245	-	26.848.095
Dotação	-	279.223	-	-	4.416.567	-	4.695.790
Utilização	-	(568.379)	-	-	-	-	(568.379)
Actualização efeito desconto	-	-	-	-	-	-	-
Reversão	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2010	15.053	710.844	74.820	423.978	29.750.811	-	30.975.506
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	15.053	710.844	74.820	423.978	29.750.811	-	30.975.506
	15.053	710.844	74.820	423.978	29.750.811	-	30.975.506

Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que o Departamento de Jogos efectua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza cível nos quais o Departamento de Jogos é réu.

Pagamentos de prémios

A constituição de provisões para pagamento de prémios de Jogos Sociais resulta da aplicação dos pressupostos dos diplomas legais que regulam a exploração dos Jogos Sociais, encontrando-se o Departamento de Jogos obrigado a cativar determinadas percentagens das receitas de Totoloto, Totobola, Joker e Euromilhões para eventuais reclamações de prémios (ver Nota 3.14 – Provisões). A variação deveu-se ao reforço da provisão para pagamento de prémios Euromilhões, único Jogo Social para o qual ainda não havia sido atingido o limite previsto no Decreto-Lei n.º 210/04, e ainda devido à utilização pelo pagamento de prémios do Joker.

Outras provisões

Saldo de Outras provisões refere-se a um processo fiscal concluído no ano de 2009, favoravelmente ao Departamento de Jogos, motivo pelo qual foi revertida integralmente a provisão.

19 Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA), assim como os complementos de reforma previstos nos Decretos-Lei n.º 247/80, de 24 de Julho, e n.º 94/2000. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, o Departamento Jogos contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos que se forem vencendo em cada um dos períodos.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos é como segue:

	(euros)	
	2010	2009
Impacto no balanço		
Complementos de pensões	731.188	(679.086)
	731.188	(679.086)
	(euros)	
	2010	2009
Impacto em gastos na demonstração dos resultados		
Complementos de pensões	1.410.274	(474.099)
	1.410.274	(474.099)

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2010, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essas datas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2010	2009
Taxa anual de desconto	4,50%	4,5%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,00%	2,0%
Taxa anual de crescimento das pensões		
Até 2015	0,00%	2,0%
Após 2015	1,25%	2,0%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80

Em 2010, com vista a reflectir a actual conjuntura, foi alterada a taxa anual de crescimento das pensões, sendo esta nula até 2015 e 1,25% após esse ano.

19.1. Plano de pensões

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 a cobertura das responsabilidades do Departamento de Jogos pelos activos do Fundo era a seguinte:

	(euros)	
	2010	2009
Valor presente da obrigação	(19.178.006)	(22.894.899)
Justo valor dos activos do plano	19.909.194	22.215.813
Impacto no balanço	731.188	(679.086)

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Plano de Pensões nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2009 e 2010 detalha-se como segue:

	(euros)	
	2010	2009
A 1 de Janeiro	22.894.899	23.848.176
Custo serviços correntes	-	-
Custo dos juros	1.013.132	1.041.260
Pagamento de benefícios	(2.192.037)	(2.224.226)
(Ganhos)/perdas actuariais	(2.537.988)	229.689
A 31 de Dezembro	19.178.006	22.894.899

O montante significativo registado como Ganhos/perdas actuariais deve-se à alteração verificada no pressuposto da taxa anual de crescimento das pensões.

O património dos fundos afectos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2009 e 2010:

	(euros)	
	2010	2009
A 1 de Janeiro	22.215.813	23.643.189
Contribuições entregues		
Ganhos/ (perdas) actuariais	(1.271.550)	(469.798)
Benefícios pagos	(2.192.037)	(2.224.226)
Retorno esperado dos activos do fundo	1.156.968	1.266.648
A 31 de Dezembro	19.909.194	22.215.813

A rentabilidade média dos fundos em 2010 foi de -0,55%, sendo que em 2009 correspondeu a 3,48%.

A taxa de retorno esperada dos activos do plano para 2010 foi determinada, com base numa estimativa do retorno esperado dos activos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

O Fundo de Pensões era composto pelos seguintes activos, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2010:

	(euros)	
	2010	2009
Obrigações	63.045.701	55.237.408
Depósitos curto prazo	6.218.147	39.412.260
Acções	6.521.203	2.297.779
Fundos Investimento	27.393.636	15.590.145
	103.178.687	112.537.592

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	(euros)	
	2010	2009
Custos dos juros	(1.013.132)	(1.041.260)
Ganhos / (perdas actuariais)	1.266.438	(699.487)
Retorno estimado dos activos do plano	1.156.968	1.266.648
Total incluído em gastos com pessoal	1.410.274	(474.099)



20 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 a decomposição da rubrica “Fornecedores” era como segue:

(euros)							
Descrição		2010			2009		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores gerais	i)	8.760.047	-	8.760.047	8.083.853	-	8.083.853
Total saldo fornecedores - corrente		8.760.047	-	8.760.047	8.083.853	-	8.083.853

- i) **Fornecedores gerais:** saldos credores referentes a transacções de natureza operacional, como sejam serviços publicitários ou meios de produção televisiva.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

(euros)		
Entidade	2010	2009
PT Prime	1.006.923	1.146.396
Executive Media	3.254.260	1.043.339
Outros	4.498.864	5.894.119
	8.760.047	8.083.853

21 Prémios a pagar

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 a decomposição da rubrica “Prémios a pagar” era como segue:

(euros)							
Descrição	2010			2009			
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total	
Prémios a pagar	i)	22.424.456	-	22.424.456	26.898.406	-	26.898.406
Euromilhões - 50%	ii)	(32.484.874)	-	(32.484.874)	(46.218.771)	-	(46.218.771)
EM - Booster	ii)	32.484.874	-	32.484.874	43.285.522	-	43.285.522
Euromilhões Jackpot	ii)	-	-	-	2.933.249	-	2.933.249
Lotaria instantânea	iii)	39.404	-	39.404	158.369	36.409	194.778
Fundo pagamento prémios lotos	iv)	-	4.688.293	4.688.293	-	6.414.984	6.414.984
Outros		(130.015)	-	(130.015)	24.459	-	24.459
Total prémios a pagar		22.333.845	4.688.293	27.022.139	27.081.234	6.451.393	33.532.627

- i) Prémios a pagar: saldo referente a prémios a pagar quanto às categorias de Apostas Mútuas e Lotaria Nacional. Os prémios abaixo de 150 euros são pagos directamente pelos mediadores, sendo reembolsados pelo Departamento de Jogos. Quando se trata de prémios de apostas mútuas e valores entre 150 euros e 5.000 euros, estes são pagos através da emissão de ordem de pagamento a favor do premiado, entregues aos mediadores. Os restantes prémios são pagos directamente pelo Departamento de Jogos;
- ii) Euromilhões 50%: saldo corresponde a 50% das vendas destinado a prémios; EM *Booster*: fundo de reserva do jogo de Apostas Mútuas Euromilhões, utilizado para pagamento de *jackpots*, o qual serve apenas para cumprir obrigações de jogo; Euromilhões Jackpot: Saldo referente a pagamento de prémios de jackpot. As três contas equilibram-se. A variação deve-se à redução das vendas em 2010;
- iii) Lotaria Instantânea: saldo referente aos prémios do concurso “Tic-Tac”, concurso em relação ao qual foram definidos pagamentos mensais aos vencedores para um período de 10 anos, o qual finda em 2011;
- iv) Fundo para pagamento prémios dos lotos: fundo que garante o valor mínimo de 1.000.000 euros para pagamento do 1º prémio, conforme Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de Agosto.

22 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 a decomposição da rubrica “Outras contas a pagar” era como segue:

(euros)						
		2010			2009	
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente
Fornecedores investimentos	i)	0	-	0	91.685	-
Outros credores						
Lucros - resultados antecipados	ii)	79.139.052	-	79.139.052	86.210.547	-
Partes Relacionadas	iii)	2.065.674	-	2.065.674	6.402.595	-
Cauções mediadores (numerário)	iv)	5.272.898	-	5.272.898	5.222.448	-
Cartões portal	v)	2.491.805	-	2.491.805	2.342.299	-
Vendas portal		942.898	-	942.898	705.458	-
Benefícios de reforma			-	-	679.086	-
Outros		3.645.399	-	3.645.399	669.430	-
Credores por acréscimos de gastos	vi)	12.737.358	-	12.737.358	4.545.984	-
Outras contas a pagar		106.295.084	-	106.295.084	106.869.531	-

- i) Fornecedores de investimentos: o saldo de fornecedor de investimentos respeita a aquisições de bens com a natureza de activos fixos tangíveis e encargos com reparação e manutenção de equipamentos;
- ii) Lucros – resultados antecipados: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados a distribuir pelos beneficiários dos Jogos Sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março. A variação deve-se à redução dos resultados a distribuir;
- iii) Partes relacionadas: conta que espelha as transacções em conta-corrente entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos. A variação está relacionada com o acordo de prestação de serviços do ano de 2009 que só foi facturado em Dezembro desse ano;
- iv) Cauções agentes (numerário): saldo de cauções prestadas pelos mediadores dos Jogos Sociais, as quais os habilitam a desenvolver venda de jogo nos pontos de venda;
- v) Cartões portal: saldo corrente a favor dos apostadores dos Jogos Sociais, associado aos carregamentos de cartões de jogo;
- vi) Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

		(euros)	
Credores por acréscimos de gastos		2010	2009
Remunerações a pagar	a)	1.117.950	1.159.850
Prémios Lotaria Instantânea	b)	7.251.517	1.174.180
Comissões 2% s/prémios Lot. Inst.	c)	1.158.175	885.516
Outros credores por acréscimos de gastos	d)	3.212.846	1.326.438
Lotaria Nacional	e)	(3.129)	-
Total		12.737.358	4.545.984

- a) Remunerações a liquidar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano, a serem pagos durante o ano subsequente;
- b) Prémios lotaria instantânea: especialização efectuada em função do desvio dos prémios reais pagos em relação aos prémios líquidos, sempre que os primeiros sejam inferiores aos segundos;

- c) Comissões 2% s/ prémios Lotaria Instantânea: especialização da remuneração dos mediadores de Lotaria Instantânea. Estes rendimentos apenas são pagos aos mediadores quando o determinado jogo é dado por concluído pelo Departamento de Jogos;
- d) Outros credores por acréscimos de gastos: especializações de custos operacionais diversos (assistência a terminais de jogo, encargos com linhas de telecomunicações dos terminais, entre outros).

23 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer” os seguintes saldos:

	(euros)	
	2010	2009
Vendas antecipadas	10.546.602	15.904.455
Outros rendimentos a reconhecer	3.482	4.292
Rendimentos a reconhecer	10.550.084	15.908.747

- a) **Vendas antecipadas:** este saldo refere-se à especialização de apostas de Jogos Sociais com a natureza de Apostas Mútuas e Lotaria Nacional, cujas extracções/sorteios apenas irão ocorrer após a data de Balanço, como é o caso da Lotaria dos Reis.

24 Rédito

O detalhe do rédito reconhecido na demonstração dos resultados é como segue:

		(euros)	
		2010	2009
Rédito de Jogos Sociais			
R�ditos brutos por Jogo	i)		
Totobola		10.427.446	9.271.357
Totoloto		107.180.153	104.053.822
Loto 2		85.628.064	79.575.578
Joker		88.830.686	65.711.770
Euromilh�es		883.297.756	974.118.220
Lotaria Clássica		68.559.202	63.729.168
Lotaria Popular		32.821.100	27.017.669
Lotaria Instant�nea		105.557.360	54.423.746
Imposto do Selo	ii)		
Totobola		(449.027)	(153.433)
Totoloto		(4.615.391)	(1.660.601)
Loto 2		(3.687.216)	(1.245.102)
Joker		(3.825.357)	(1.407.642)
Euromilhões		(38.036.565)	(12.452.898)
Lotaria Clássica		(2.952.255)	(1.128.521)
Lotaria Popular		(1.413.285)	(362.952)
Lotaria Instantânea		(4.209.897)	(86.142)
Prémios	iii)		
Totobola		(6.256.715)	(5.277.470)
Totoloto		(58.949.870)	(53.955.661)
Loto 2		(47.096.456)	(41.233.927)
Joker		(48.857.627)	(34.975.554)
Euromilhões		(441.656.671)	(487.066.473)
Lotaria Clássica		(48.453.467)	(41.633.310)
Lotaria Popular		(22.851.587)	(18.743.147)
Lotaria Instantânea		(67.632.101)	(34.252.020)
Remunerações mediadores pagas p/jogadores	iv)		
Totobola		(691.885)	(616.433)
Totoloto		(7.096.603)	(6.922.262)
Loto 2		(5.659.337)	(5.296.678)
Joker		(6.012.342)	(4.452.469)
Euromilhões		(42.420.493)	(46.971.850)
Lotaria Clássica		(8.398.704)	(7.969.632)
Lotaria Popular		(3.948.782)	(3.319.126)
Lotaria Instantânea		(10.539.917)	(5.435.836)
Vendas de Jogo Líquidas		496.590.216	561.282.191
Outras vendas		22	29
TOTAL		496.590.237	561.282.220

i) **R ditos brutos por Jogo:** rendimentos das apostas efectuadas nos pontos de venda, líquidas das devoluções registadas até   data de extracção/ sorteio. A variação de +0,3% deve-se   evolução positiva das vendas de todos os jogos,   excepção do Euromilhões.

ii) Imposto do Selo: efeito da incidência da taxa de imposto de selo de 4,5% sobre os Jogos Sociais, suportada pelo Departamento de Jogos. O imposto de selo encontra-se incluído no preço da aposta, a partir de Setembro de 2009;

iii) Prémios: valor de prémios de Jogos Sociais reconhecidos durante o período. Além dos prémios apurados através da incidência das taxas referidas na Nota 3.20 – Rédito, verifica-se uma variação positiva ao nível dos prémios de 24.616.931euros (+3,4%), justificada pela alteração das percentagens para prémios constante na Portaria n.º 973/2009, de 31 de Agosto.

iv) Remunerações dos mediadores pagas pelos jogadores: valor das remunerações incluídas no preço da aposta, como referido na Nota 3.20 – Rédito, verifica-se uma variação ao nível dos jogos de 3.783.779 euros, justificada pela implementação do projecto da desmaterialização da Lotaria Nacional e pelo acentuado crescimento das vendas de Lotaria Instantânea.

25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, 2009 e 2010, é como segue:

	(euros)	
	2010	2009
Bilhetes "Lotaria Instantânea"	1.972.775	973.605
Bilhetes "Apostas Mútuas"	838.914	941.033
Papel térmico	1.645.114	1.463.263
Consumíveis para jogo	206.604	274.556
Total Custo das mercadorias e matérias consumidas	4.663.406	3.652.457

A reconciliação do custo das mercadorias e das matérias consumidas para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2009 e 2010 é como segue:

	(euros)	
	2010	2009
Existências iniciais	1.151.401	1.899.378
Compras	4.383.750	3.097.832
Regularizações	42.240	-193.352
Existências finais	913.985	1.151.401
Custo das mercadorias e matérias consumidas	4.663.406	3.652.457



26 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2010, o detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como segue:

		(euros)	
		2010	2009
Comunicação	i)	7.907.695	7.493.794
Conservação e reparação		6.105.033	5.713.006
Publicidade e propaganda		27.512.178	30.186.521
Transporte de bens e valores		1.651.892	1.100.582
Comissões 2% s/prémios Lot. Inst.		1.269.253	502.219
Rendas de edifícios		856.328	896.719
Trabalhos especializados		3.913.582	3.774.437
Acordo de prestação de serviços	ii)	5.602.556	5.300.312
Outros		4.314.869	3.944.753
Fornecimentos e serviços externos		59.133.386	58.912.344

i) Comunicação: principal encargo corresponde aos custos com as linhas de telecomunicações ligadas aos terminais de jogo espalhados pelos pontos de venda;

ii) Acordo de prestação de Serviços: enquadra-se no âmbito de um acordo de gestão e prestação de serviços entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos, em que a Santa Casa será remunerada pelo Departamento de Jogos, pela utilização das instalações e pelos serviços prestados pelos serviços instrumentais (Direcção Financeira, Direcção de Recursos Humanos, Direcção de Aprovisionamento e Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação) ao Departamento de Jogos. Este acordo resultou da reestruturação de todo o universo Santa Casa, tendo presente a aprovação e entrada em vigor dos novos Estatutos, pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro.

27 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2009 e 2010, foram como segue:

	(euros)	
	2010	2009
Remunerações		
Órgãos sociais e júris concursos	261.651	257.943
Pessoal	6.822.083	6.516.247
Sub-total	7.083.734	6.774.190
Encargos sociais		
Prémios para benefícios reforma	-1.410.274	474.099
Encargos sobre remunerações	1.331.207	1.247.057
Gastos de acção social	65.773	85.607
Outros	143.971	82.071
Sub-total	130.677	1.888.833
Gastos com o pessoal	7.214.411	8.663.023

As principais variações de gastos com pessoal verificadas entre 2009 e 2010 devem-se a:

- Aumento do número total de funcionários em 12 pessoas;
- Reconhecimento de ganhos actuariais e dos rendimentos esperados do fundo, deduzidos de encargos com serviços correntes e juros, os quais sofreram significativo incremento face a 2009, conforme descrito na nota 19.

O número de empregados do Departamento de Jogos a 31 de Dezembro de 2010 foi de 267 (2009: 255)

28 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	(euros)	
	2010	2009
Prémios caducados	i) 14.276.200	13.200.649
Correcções relativas a períodos anteriores	100.278	151.785
Outros	895.506	3.947.237
Total	15.271.984	17.299.671

i) Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade de prémios de jogo apurados, findo o período de 3 meses no qual estes prémios podem ser reclamados.

29 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas pode ser apresentada como segue:

	(euros)	
	2010	2009
Despesas bancárias	738.252	472.894
Correcções relativas a períodos anteriores i)	364.034	415.786
Outros	360.771	479.281
Total	1.463.057	1.367.961

i) Correcções relativas a períodos anteriores: os gastos reconhecidos em resultados resultam de reconhecimento de facturação de bens e serviços que se reportem a períodos anteriores.

30 Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos juros e gastos e rendimentos financeiros dos períodos de 2009 e 2010 é como segue:

	(euros)	
	2010	2009
Juros e gastos similares		
Juros pagos	-	-
Outros	(328.250)	(83.480)
	(328.250)	(83.480)
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos (depósitos à ordem)	30.556	31.230
Juros obtidos (depósitos a prazo)	1.771.781	2.748.349
Outros juros	474.242	421.997
	2.276.579	3.201.577

As principais variações nos juros e gastos similares decorrem do reconhecimento do plano de pagamentos de Mediadores. A redução nos juros obtidos decorre de redução de disponibilidades e, consequentemente, dos montantes disponíveis para aplicações financeiras.

31 Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Departamento de Jogos dizem respeito apenas a locações operacionais.

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010:

(euros)			
Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	143.460	63.013	-
	143.460	63.013	-

32 Matérias ambientais

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2010, o Departamento de Jogos, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

Em 31 de Dezembro de 2010 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Entidade.

33 Partes relacionadas

O Departamento de Jogos integra a Santa Casa, que actua sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

33.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do Departamento de Jogos (júris dos concursos e administrador executivo) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Departamento de Jogos. Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais do Departamento de Jogos ascenderam a 261.651 euros (2009: 257.943 euros).



	(euros)	
	2010	2009
Vencimentos	100.434	114.379
Remunerações dos júris dos concursos/ extracções	161.217	143.564
	261.651	257.943

O Departamento de Jogos suportou 75% dos encargos com remunerações do administrador delegado em 2010 (2009: 75%).

33.2. Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Entidades do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviços Centrais (Santa Casa);

Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA);

Hospital Ortopédico de Sant’Ana (HOSA);

Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão (CMRA)

(b) transacções e saldos pendentes

Entidades do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Durante os períodos de 2009 e 2010, o Departamento de Jogos efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Aquisição de serviços

	(euros)	
	2010	2009
Aquisição de Serviços		
Santa Casa	5.602.556	5.300.312
	5.602.556	5.300.312

Saldos devedores e credores

No final do período de 2009 e de 2010, os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis, impostos e juros.

Em 2010, passou-se a desagregar os saldos das partes relacionadas em activos e passivos consoante a sua natureza, pelo que os valores identificados com a letra f), do ano de 2009, mantêm a estrutura anterior.

		(euros)	
		2010	2009
		Saldo Devedor	Saldo Credor
Outras Contas a Pagar / Receber			
Santa Casa			
Referentes a Remunerações	a)	293.167	-
Referentes à Aquisição de Bens e Serviços	b)	-	1.059.266
Referentes à Aquisição Activos Fixos	c)	-	108.887
Referentes a Impostos	d)	-	208.727
Referentes a Juros	e)	-	839.332
		293.167	2.216.212
Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA)			
Referentes a Remunerações	a)	310.880	-
Referentes à Aquisição de Bens e Serviços	b)	149.877	-
		460.757	459.608
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA)			
Referentes à Aquisição de Bens e Serviços	b)	718	-
		718	968
Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA)			
Referentes a Remunerações	a)	10.267	-
Referentes à Aquisição de Bens e Serviços	b)	-	58
		10.267	58
Outras Contas a Pagar / Receber - Resumo Por Natureza			
Referentes a Remunerações	a)	614.314	-
Referentes à Aquisição de Bens e Serviços	b)	-	908.728
Referentes à Aquisição Activos Fixos	c)	-	108.887
Referentes a Impostos	d)	-	208.727
Referentes a Juros	e)	-	839.332
		614.314	2.065.674
Distribuição de Resultados			
Santa Casa		-	21.685.355
CMRA		-	658.169
		-	22.343.523
TOTAL			
		614.314	24.409.197
		472.798	30.453.815

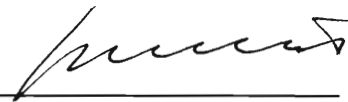
Lisboa, 24 de Março de 2011

A Directora Financeira

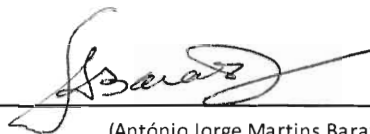


(Maria Teresa de Freitas Glória Nunes Grácio)

Os Administradores Executivos



(José Pires Antunes)



(António Jorge Martins Barata)



Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Departamento de Jogos (DJ), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 235.713.289 euros e um total de capital próprio de 45.890.820 euros, incluindo um resultado líquido, antes de distribuição, de 433.402.037 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Departamento de Jogos (DJ) em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

24 de Março de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.



RUA DAS FAIPAS, 1
1250-264 LISBOA
TEL.: 213 210 390
FAX: 213 210 486
www.jogosantacasa.pt

8 4 9 14
5 13 12
16 3 4 1
9 8 2